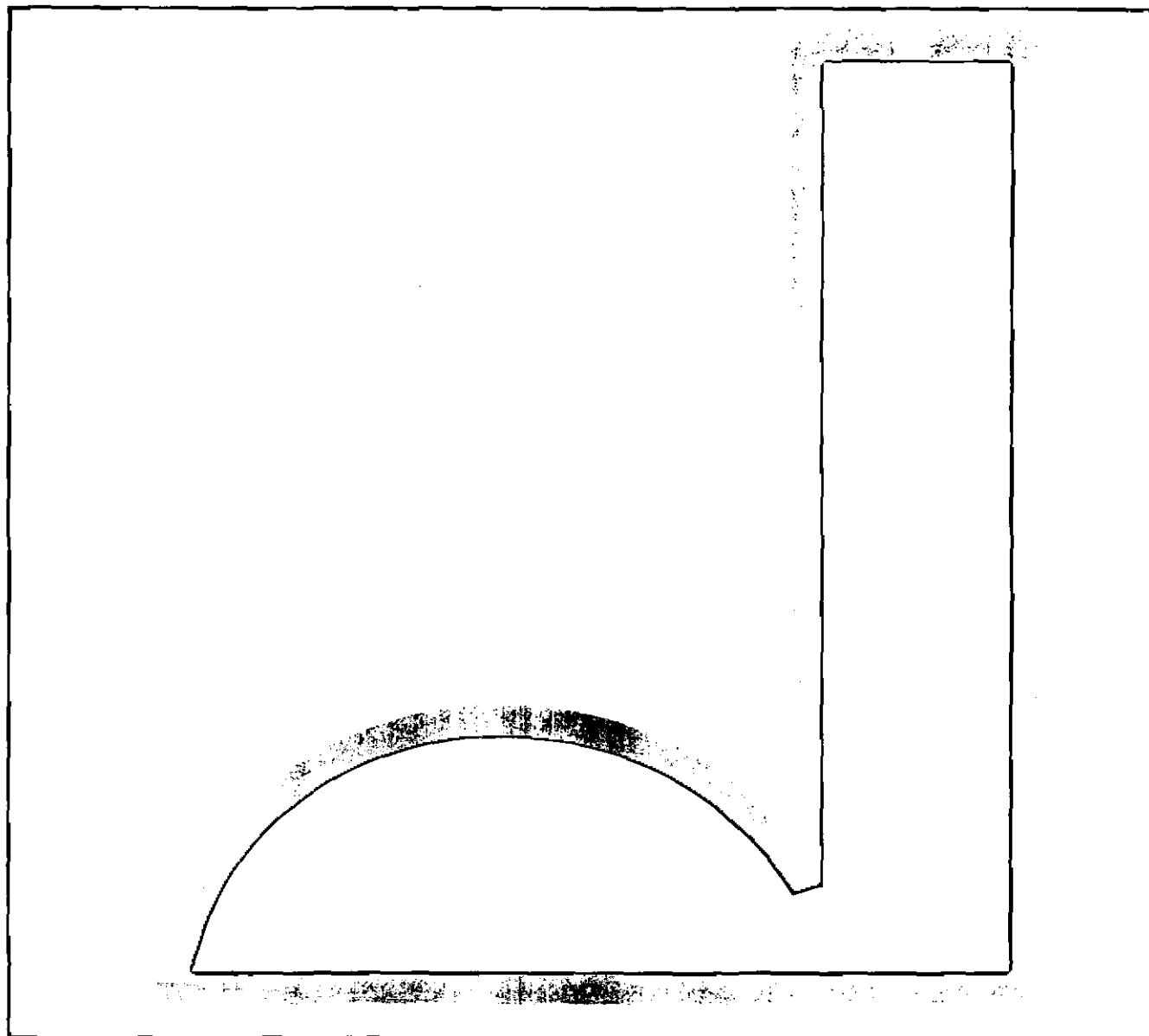




República Federativa do Brasil



ÁREA DE TRABALHO

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – PSB – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner⁽³⁾ – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Culheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV) – 10</p> <p>Líder <i>Heloísa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 30/06/1999

(3) Licenciado de 18/08 a 16/12/2000.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agacieli da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 25.10.2000

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 155ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 235, de 2000 (nº 1.675/2000, na origem), de 13 do corrente, informando que se ausentará do País no período de 17 e 18 do corrente, para realizar visita oficial à República do Panamá, a fim de participar da X Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-americana, a realizar-se na cidade do Panamá.

22595

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

Nº 425/2000, de 8 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 471, de 2000, do Senador Tião Viana. Ao Arquivo.

22595

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 232, de 2000 (nº 7.825/2000, na origem), de 30 de outubro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 891, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes ao pedido de reexame de decisão que considerou indevidos os pagamentos efetuados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT 16ª Região) das Gratificações Judiciária e Extraordinária instituídas pelo Decreto-Lei nº 2.173, de 1984 e pela Lei nº 7.758, de 1989 – TC – 014.621/97-5. (Anexado, em cópia, ao Requerimento nº 118, de 1999 – CPI do Poder Judiciário). À Comissão de Fiscalização e Controle.

22595

Recebimento do Aviso nº 233, de 2000 (nº 7.882/2000, na origem), de 1º do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 365, de 2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes à Auditoria realizada na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Trans-

portes, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos objetivos do programa de desestatização do setor portuário (TC – 011.995/2000-1). À Comissão de Fiscalização e Controle.

22595

Recebimento da opinião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, manifestada em sua 18ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2000, sobre o Requerimento nº 505, de 2000, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre a situação da República do Peru. ...

22595

1.2.4 – Offícios

Nº 2.111/2000, de 10 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.054-3, de 2000.

22597

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON – Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para convocar os segmentos da sociedade para um grande entendimento que torne possível a realização das reformas necessárias ao desenvolvimento do País. Receptividade ao lançamento da sua pré-candidatura à Presidência da República, em reunião do PMDB realizada ontem, em Joinville-SC.

22597

SENADOR NABOR JÚNIOR – Apoio à pré-candidatura do Senador Pedro Simon à Presidência da República. Justificativa à apresentação, oportunamente, de proposta de emenda à Constituição tornando obrigatória a desincompatibilização para a reeleição à cargos do Executivo.

22609

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Análise das denúncias feitas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, sobre a prestação de contas da última campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso.

22613

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro de encontro realizado ontem pelo PSDB, em Mato Grosso, para avaliação dos resultados das eleições deste ano. Cobrança do

cumprimento da destinação de 20% das verbas da União à irrigação da região Centro-Oeste. Importância do apoio das bancadas do Centro-Oeste, na votação do Orçamento, para as emendas regionais que destinam recursos às BR-158 e BR-364, em Mato Grosso..... 22620

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Premência da adoção de medidas para o fomento do setor pesqueiro nacional. 22621

1.3– ENCERRAMENTO

2– ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.131, de 2000. 22623

Nº 1.132, de 2000, referente ao servidor Paulo Elísio Brito..... 22624

Nº 1.133, de 2000, referente ao servidor Eduardo Torres. 22625

Nºs 1.134 a 1.137, de 2000. 22626

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 155ª Sessão Não deliberativa em 16 de novembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nabor Júnior, Lauro Campos e Sebastião Rocha

(Inicia-se a sessão às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 235, DE 2000

(Nº 1.675/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 17 a 18 de novembro corrente, para realizar visita oficial à República do Panamá, a fim de participar da X Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-americana, a realizar-se na cidade do Panamá.

2. A Conferência Ibero-americana constitui foro de concertação política que reúne Espanha, Portugal e os países latino-americanos para o tratamento de temas de interesse comum, com base nos princípios da democracia representativa, do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e da autodeterminação dos povos.

3. O mecanismo nasceu em 1991, no contexto dos preparativos conduzidos pela Espanha para a celebração do V Centenário da Descoberta das Américas. Desde 1993, as reuniões passaram a abordar, a cada ano, um tema predominante. Nessa X Cúpula, o tema central será "Infância e Adolescência no século XXI" ("Unidos pro la Niñez y la Adolescencia, Base de la Justicia y la Equidad en el Nuevo Milenio").

Brasília, 13 de novembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº 425/2000, de 8 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 471, de 2000, do Senador Tião Viana.

As informações foram encaminhadas, em cópia, as Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

– Nº 232, de 2000 (nº 7.825/2000, na origem), de 30 de outubro último, encaminhando cópia da Decisão nº 891, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes ao pedido de reexame de decisão que considerou indevidos os pagamentos efetuados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT 16ª Região) das Gratificações Judiciária e Extraordinária instituídas pelo Decreto-Lei nº 2.173, de 1984 e pela Lei nº 7.758, de 1989 (TC – 014.621/97-5); e

– Nº 233, de 2000 (nº 7.882/2000, na origem), de 1º do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 365, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à Auditoria realizada na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos objetivos do programa de desestatização do setor portuário (TC – 011.995/2000-1).

O Aviso nº 232, de 2000, foi anexado, em cópia, ao processado do Requerimento nº 118, de 1999 (CPI do Poder Judiciário)

As matérias vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu, em atendimento à sua solicitação, a

opinião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, manifestada em sua 18ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2000, sobre o Requerimento nº 505, de 2000, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre a situação da República do Peru.

O documento vai à publicação.

É o seguinte documento recebido:

SESSÃO DO SENADO FEDERAL
Realizada em 31 de outubro de 2000

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há cerca de três semanas, o Chefe do Serviço Nacional de Informações do Governo de Alberto Fujimori, do Peru, foi flagrado corrompendo um parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª quer fazer uma comunicação, não é?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Não. Vou fazer uma indagação ao Presidente, por isso pedi a palavra pela ordem.

Naquela ocasião, o Sr. Montesinos foi flagrado comprando a consciência de um parlamentar, causou tal indignação junto à população do Peru e em toda a consciência democrática das Américas que gerou uma grave crise no governo peruano. O Presidente Fujimori, embora reeleito pela terceira vez, não teve outra alternativa senão dizer a seu povo que estaria convocando novas eleições para abril próximo, dizendo que tomaria as providências e afastaria o Sr. Montesinos.

O Sr. Vladimiro Montesinos Torres pediu asilo no Panamá. Na ocasião, a imprensa revelou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso havia de alguma maneira contribuído até junto ao Presidente do Panamá para que o Sr. Montesinos ali pudesse receber o asilo. Verificou-se, desde então, que o Panamá não mais concedeu o asilo, e o Sr. Montesinos voltou ao Peru. A crise naquele país continua muito forte.

A minha questão é pelo seguinte fato: considere tão sério o episódio que avalei que mereceria a presença do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia no Senado para explicar a posição do Governo brasileiro sobre o assunto. Como o requerimento que apresentei foi encaminhado à Mesa e, re-

gimentalmente, caberá ao Presidente Antonio Carlos Magalhães decidir o dia em que ele poderá ser apreciado e votado, indago a V. Exª, passado o momento das eleições, e voltando o Senado a sua vida normal, se seria possível marcar o dia da apreciação e votação do requerimento, para que, se aprovado, possamos ter a presença do Ministro Luiz Felipe Lampreia, para falar sobre o episódio do Peru que, certamente, interessa a todos os povos que acompanham a luta pela democracia no Peru e nas Américas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Eu vou enviar o requerimento de V. Exª à opinião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e posteriormente o trarei para o plenário, dando as devidas satisfações a V. Exª

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL REALIZADA
EM 7 DE NOVEMBRO DE 2000

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – (...)

Gostaria de submeter à apreciação, como pauta extraordinária, o requerimento do Senador Eduardo Suplicy para convocar o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o plenário da Casa, esclarecimentos sobre as razões que levaram o Governo brasileiro a articular operação de asilo político, no Panamá, para o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do Presidente do Peru, Senador Alberto Fujimori. Não havendo tempo para distribuir o requerimento a um relator, avoco a relatoria e dou meu parecer favorável. Faço, apenas, uma pequena modificação no sentido de promover a audiência do Ministro das Relações Exteriores sobre a situação do Peru, sem fazer alusão ao fato relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, uma vez que seria uma tomada de posição ainda em relação à Comissão. Se todos o concordarem, serei essa decisão.

Submeto à votação.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Estou de acordo, Sr. Presidente, até porque desde aquele episódio inúmeros outros ocorreram. Há poucos dias, o candidato da oposição, Toledo, manifestou posição favorável, já em outros termos, em relação à nova atitude que, desde então, vem sendo tomada por parte do Governo brasileiro. Então, há uma dinâmica no processo todo. Creio que seria muito relevante, se o Ministro Lampreia pudesse vir ao Senado para tratar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

Ofício nº 2111-L-PFL/2000

Brasília, 10 de novembro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Deputados do PFL, que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2054-3, de 9 de novembro de 2000, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e da Educação, no valor global de R\$155.014.448,00, para os fins que especifica”, em substituição aos anteriormente indicados.

EFETIVO:

Deputada **Kátia Abreu**

SUPLENTE:

Deputado **Mauro Fecury**

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira** Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna por duas razões. A primeira para falar da assembléia realizada pelo nosso Partido, o PMDB, ontem, em Joinville; e a segunda para retomar um assunto sobre o qual já me manifestei nesta tribuna, Sr. Presidente Nabor Júnior, e que pretendo explicitar com mais serenidade neste momento.

Tenho dito que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está completando seis anos à frente da Presidência, ou seja 75% do seu mandato. Faltam dois anos para completar seus dois mandatos consecutivos.

O Presidente Fernando Henrique assumiu a Presidência da República com muita expectativa e otimismo. Vínhamos da tremenda confusão causada pelo **impeachment** do Presidente Collor, e o Governo de Itamar Franco caracterizou-se pela profunda integração, nunca vista na História do Brasil, entre o Executivo e o Legislativo, o que era compreensível. Eu dizia, como Líder do Governo, que o Congresso tinha cassado o mandato de um Presidente legitimamente eleito pelo povo e o Congresso tinha dado força e outorgado o mandato ao Vice-Presidente. Conseqüentemente, o Congresso era o grande responsável por colaborar para que as coisas dessem certo no Governo Itamar Franco. E deram. O Plano Real foi um sucesso, a inflação foi reduzida a praticamente zero. Creio que nunca houve um período de tanta paz social, de tanta tranquilidade, de tanta serenidade. E o Presidente Fernando Henrique assumiu o seu mandato.

Creio que houve um ponto em que os assessores do Presidente Fernando Henrique Cardoso se equivocaram. Conheço o pensamento do Presidente e sei que Sua Excelência não era favorável à tese da reeleição. Sua Excelência era Senador na época da Constituinte e votou contra a reeleição. Quando era Ministro do Governo Itamar Franco, houve a revisão da Constituição, ocasião em que foi apresentada a tese da reeleição. Eu era Líder do Governo e lembro-me muito bem de uma reunião realizada no Palácio; estavam presentes o Presidente Itamar Franco, alguns Ministros ligados à área política, inclusive o Sr. Fernando Henrique Cardoso e todos eram contrários à tese da reeleição.

Eu vim ao Congresso e manifestei o pensamento do Governo e trabalhei contra a reeleição. E, mesmo assim, lembra-se V. Ex^a, quase que a reeleição foi aprovada, porque os Prefeitos e Governadores eram favoráveis à tese. E, assim sendo, apesar de o Governo Federal ser contra, muita gente votou a favor. E por muitos poucos votos ela foi rejeitada.

Mas os amigos do Presidente começaram a instigá-lo, alegando que seria muito importante a continuidade, que quatro anos era pouco tempo, etc. E o Presidente aderiu. E nós sabemos o que aconteceu. O Presidente tomou uma posição em relação a uma matéria, que tinha sido rejeitada duas vezes por maioria absoluta: na Constituinte e na Revisão. E a matéria veio a ser aprovada, depois, por três quintos.

Para conseguir isso, o Presidente e seu Governo dedicaram um esforço enorme e elegeram como prioridade absoluta a reforma da Constituição a fim

de possibilitar a reeleição. Nessa prioridade absoluta foram deixadas de lado outras teses também importantes, como a reforma política, a reforma eleitoral, a reforma partidária, a reforma tributária, a reforma fiscal. Há uma série de necessidades urgentíssimas, que, desde a Constituinte, ficaram de ser regulamentadas. E, até hoje, nada.

Então, a crítica que faço não é a este Congresso Nacional nem a esse Presidente, mas a essa situação, que é uma realidade. A Assembléia Nacional Constituinte realizou algumas alterações que, muitas vezes, não foram muito felizes. Ela funcionou em um período épico, vínhamos de um regime de ditadura e queríamos colocar na Constituição tudo que garantisse liberdade e tudo mais. Muitas coisas ficaram de ser regulamentadas, mas até agora não aconteceu.

Do Governo do Presidente Collor não havia o que esperar. Fizeram o Plano Collor I, o Plano Collor II, o confisco da poupança e aí veio a CPI, e terminou o Governo Collor.

O Itamar Franco, na minha opinião, em dois anos, fez até demais: a recolocação do Governo em uma posição de seriedade e austeridade, a instituição do Plano Real, que baixou a inflação de um patamar de 70% ao mês a praticamente zero. Isso já significou realmente um trabalho muito importante desempenhado pelo Itamar Franco.

Aí veio o Fernando Henrique, que está no 6º ano de Governo. Foi a primeira vez no Brasil que um Presidente foi reeleito. Então, ninguém teve as condições que Sua Excelência teve: uma maioria parlamentar, na minha opinião, até exagerada. Quando fui convidado pelo Presidente Fernando Henrique para ser seu Líder, agradei com muito carinho e fiquei emocionado pelo convite, mas disse que eu não me daria bem pelo exagero da Frente que compunha o seu Governo. Eu achava que, mais cedo ou mais tarde, terminaria criando problemas para o Governo. E, para evitar criar problemas, seria muito melhor que eu ficasse fora da liderança. Mas essa ampla maioria que tem o Governo não é absoluta e certa.

Quando fui Líder do Governo Itamar Franco, nós tínhamos uma maioria tranqüila. Votávamos os projetos e eu, como Líder do Governo, nunca procurei Senador ou Deputado para pedir ou implorar que votasse projeto governamental. O Plano Real teve cinquenta emendas do Congresso Nacional. Ele é um plano do Congresso Nacional. O Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, veio mais de vinte vezes à Câmara e ao Senado para debater questões consideradas fundamentais.

Houve momentos em que teve muita coragem, como, por exemplo, quando o PT queria que o salário fosse de US\$100. Ele disse que isso não era possível, pois balançaria um plano que visava a zerar a inflação e que, ao fazê-lo, já estaria dando um aumento de salário, porque quem mais sofria com a inflação de 70% ao mês eram os trabalhadores. Ele não poderia garantir o Plano Real se desse aquele aumento. Disse-lhe que pagaria um preço, pois haveria um desgaste, ao que ele respondeu que assumiria a responsabilidade do desgaste, mas que não concordava com o aumento. E assim fez: assumiu a responsabilidade. Nos votamos a emenda, que foi rejeitada.

Fernando Henrique assumiu o Governo numa época de tranqüilidade. Justiça seja feita, em nível internacional houve muitas questões. Em primeiro lugar, o mundo se sacudiu – já havia começado durante o governo de Collor – com o desaparecimento da União Soviética, do comunismo, com a queda do muro de Berlim, a supremacia absoluta dos Estados Unidos como superpotência, os ideais liberais, liberalizantes, e a globalização. Essas idéias vieram num crescendo e foram debatidas. Também houve a crise do México, da Argentina e as delicadas questões das privatizações e do Proer.

Na verdade, na verdade, as coisas foram avançando. Mas o Governo tinha credibilidade, tanto que foi reeleito. Na primeira eleição, ganhou no primeiro turno; foi reeleito também no primeiro turno. No entanto, o Senhor Fernando Henrique, na minha opinião, gastou toda a moeda de prestígio e credibilidade que tinha acumulado como homem de bem e sério, como um grande Senador e com o trabalho como Ministro da Fazenda. Ele jogou toda a sua credibilidade na tese da reeleição. De lá para cá, o seu prestígio já não atinge os índices do início de seu Governo.

Ao fazer este pré-histórico, digamos assim, muitas pessoas poderão estar se perguntando onde quero chegar, mas é importante que eu o faça para, depois, justificar-me por, aqui da tribuna, dirigir-me ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é o que pretendo fazer.

Repito que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, das reformas que deveria realizar, fez a reeleição e não as outras, e agora chega ao final de seu mandato. Passados o dia 15 e as eleições municipais, o Presidente entra numa contagem regressiva. Não há mais eleição nem fato importante. Hoje, o que há pela frente é a eleição do novo Presidente. Trata-se de uma contagem regressiva e o Presidente tem que preencher esse tempo com fatos normais. Ele terá a

capacidade de ser o autor dos fatos e não de ser conduzido por eles, pois não haverá uma eleição, o que faria com que tudo parasse; não haverá absolutamente nada que tire da rotina esse final de mandato, embora haja, é claro, aquela história que sempre se conta, de que o final de mandato é, muitas vezes, dolorido, quer para um Presidente, Governador ou Prefeito.

Difícilmente alguém deixa o Governo com o prestígio e os índices de credibilidade que atingiu Itamar Franco. Mesmo assim, no final de seu Governo, quando a estrela passava a ser Fernando Henrique, candidato praticamente eleito, mandou comprar, com seu próprio dinheiro, café em pó e um enorme bule, que colocou na salinha que ficava atrás de seu gabinete. Nela, reunia-se com os Ministros e lideranças para conversar, entre uma audiência e outra e ao final dos trabalhos. Dizia, então, que no final de seu Governo não iria beber café frio, que aqueles que o visitassem poderiam ficar tranquilos, porque beberiam café quente. S. Ex^a referia-se à piada segundo a qual, à medida que um governo vai chegando ao fim, o governante toma café frio e fica isolado, porque uma nova estrela aparece formando o governo, enquanto ele vai meio que caindo, já num caminho de recuar, de caminhar para trás, que nem sempre é agradável.

Reparem a sorte que teve o presidente americano com essa confusão fantástica da votação na Flórida, que ninguém imaginava; como também não se supunha que, um dia, aconselharíamos o nosso Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Néri, a ir aos Estados Unidos dar uma orientação a respeito do processo eleitoral. Dentro desse processo anárquico que viraram os dias finais da eleição americana, o atual presidente está aproveitando o máximo. Vai agora, pela primeira vez, fazer uma visita ao Vietnã, que o americano castigou e massacrrou naquela que talvez seja, na História do mundo moderno, a guerra mais injusta, cruel, sem significado e sem motivo que já houve, em que morreram, sem razão, milhares de vietnamitas. Ele vai fazer uma visita de agrado àquele país e está lutando, até o fim, para tentar um entendimento no médio Oriente, entre árabes e israelitas. Está tendo sorte. Sua esposa elegeu-se Senadora e já há alguém prevendo que será a futura Presidente dos Estados Unidos. Trata-se de uma mulher de grande valor, e tenho muito respeito por ela. Então, é um caso muito raro: um presidente que chega ao final do mandato com sua estrela brilhando. E não se sabe, até hoje, quem será seu sucessor.

No Brasil, não vai ser assim. Aqui, dão-se graças a Deus quando um Presidente não é deposto, como foi João Goulart, ou quando não é levado ao suicídio, como foi Getúlio Vargas. Quando não é assim, acontece o que houve com o Dutra, que passou o Governo para o seu adversário, que era o Getúlio; ou com o Juscelino, que, depois do Governo espetacular que fez, teve que passar o mandato para o Jânio Quadros, que tinha feito a campanha falando mal a seu respeito; ou com o Sarney, que passou o Governo para o Sr. Collor, com todos os horrores que este disse, na campanha, sobre S. Ex^a. No País, o único que fez uma transição eufórica foi o Itamar Franco, que passou o Governo a alguém de sua absoluta confiança, pois seu candidato foi o grande vitorioso.

Para que estou dizendo tudo isso, Sr. Presidente? Repito: o Presidente Fernando Henrique tem, agora, o final de seu mandato. São dois anos. O que ele vai fazer nesse final de mandato? Se eu tivesse hoje a intimidade que sempre tive com o Senhor Fernando Henrique – quando ele era jovem e chegou do exterior, eu o levava às reuniões do MDB, no Rio Grande do Sul, onde ele começou, dando palestras no nosso Partido – eu diria a ele, e pretendo fazê-lo pessoalmente, que é muito pouco fazer o seu sucessor. A imprensa publica que o Presidente faz questão absoluta de dizer que, nesse final de mandato, pretende coordenar a garantia da eleição de seu sucessor. Ele vai fazer o seu sucessor. O PSDB, há oito anos partido do Senhor Fernando Henrique Cardoso, diz que o Presidente apoiará o candidato do partido. Então, fazem-se cogitações: composição da Mesa da Câmara, o novo Ministério, para onde vai o fulano, para onde vai beltrano, em razão da preparação que durante esses dois anos o Presidente faria para eleger o seu sucessor. Entendo e respeito isso. Talvez eu, se estivesse no PSDB, pensasse da mesma maneira. Mas, repito, atrevo-me a dizer ao Presidente Fernando Henrique que é muito pouco, para o seu final de mandato, ter a preocupação de eleger o seu sucessor. E mais nada, Sr. Presidente? Olha, vai ser uma contagem regressiva. E é possível que o fato de ele se esforçar no sentido de criar condições de preparar, de dar prestígio e mostrar que tem peso político para ajudar aquele que encara com simpatia se transforme em um fato negativo. Preocupa-me que o seu final de mandato não seja como gostaríamos que fosse: tranquilo, sereno e até com o aplauso da Nação.

Todos nos lembramos do êxito, da glória, do prestígio do grande Presidente Raul Alfonsín. Ele foi um grande presidente! O Presidente Alfonsín assu-

miu o governo em condições dramáticas e viveu momentos muito importantes: foi um dos grandes responsáveis pela criação do Mercosul. Trata-se de um homem sério, um homem de bem, um homem íntegro. Perdeu a eleição, ganhou Menen. E lá, a distância entre a vitória do candidato e a sua posse era muito longa. O desgaste do Presidente Alfonsín foi tão grande, tão intenso que ele teve a grandeza de enviar uma mensagem ao Congresso argentino alterando a Constituição, encurtando seu tempo de mandato para que o Presidente Menen assumisse antes. Assim, não aumentaria ainda mais o desgaste que estava sofrendo. Caso contrário, segundo ele, o país ficaria ingovernável.

Nenhum de nós quer para o Fernando Henrique Cardoso o que aconteceu com o nosso querido Presidente José Sarney: ao final do mandato, numa campanha pesada, praticamente todos os candidatos divergiam dos seus pontos de vista. Ele não tinha quem defendesse o seu governo. Então, pediu à Justiça Eleitoral, que lhe deu ganho de causa, o direito de ir à televisão para defender-se das acusações das injustiças e dos absurdos que o Sr. Fernando Collor dizia dele. Justiça seja feita. Houve uma CPI no Congresso Nacional sobre o Presidente José Sarney. Essa CPI, que teve a mais ampla liberdade para investigar a sua vida, não encontrou nada. Leio e digo que a única acusação contra o Presidente Sarney naquela CPI foi a de que ele era responsável por aquela inflação, que foi muito alta. O Presidente José Sarney terminou o Governo com uma inflação de 65%. Então, segundo a CPI, ele foi culpado por aquela inflação. Até pode ser. Mas daí a criar uma CPI...

Pois bem, ele foi então absolvido – e tinha que ser. Na verdade, até hoje, ninguém sabe em quem o Presidente José Sarney votou. Ele votou no Collor ou no Lula? E no primeiro turno? Votou no Collor, no Lula, no Ulysses, no Covas, no Aureliano? Em quem ele votou?

Sr. Presidente, então, para que essas coisas não aconteçam é que faço a proposta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele pode fazer nesses dois anos finais de governo o que não fez nos anos iniciais. Seria uma inversão; seria uma atitude contrária, mas patriótica; seria um trabalho extraordinário, de grande repercussão política; um trabalho que iria recolocar o Presidente Fernando Henrique Cardoso em uma posição tremendamente significativa.

Repito: Presidente Fernando Henrique Cardoso, todos nós, que criamos a CPI o **impeachment**, que cassou o mandato do Presidente Collor; todos

nós, que criamos a CPI dos Anões do Orçamento, que cassou o mandato de Parlamentares – lembro que ele, Fernando Henrique, não deixou que fosse criada a minha CPI, a dos Corruptores –, tínhamos uma grande expectativa no sentido de que as coisas se transformariam. E ele, Fernando Henrique, tinha uma biografia fantástica para que isso pudesse ter sido feito. E porque tinha maioria ampla no Congresso Nacional, praticamente quatro quintos, achávamos que faria as reformas de que este Brasil precisa e tem esperado ao longo da História. Ele não fez essas reformas. Não as fez na época normal, no início do seu Governo. Passou o tempo. Veio a reeleição. Ele abraçou essa causa. E o desgaste foi tão grande que ele não pôde mais fazê-las.

Sr. Presidente, acho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria, primeiramente, chamar todos os partidos. Depois, chamar a Oposição; mais tarde, a sociedade brasileira – a OAB, a CNBB, a ABI – para um grande entendimento. Não vou usar a palavra "pacto", porque ela está muito desmoralizada. Nesse entendimento, ele, Fernando Henrique, apareceria como magistrado, como estadista, sem preocupações de ordem pessoal, uma vez que não se trata de reformas de início de Governo, de reformas que trarão ganho para ele próprio, para seu governo. Com esse gesto de grandeza, ele estaria preparando o Brasil, fazendo o asfaltamento, traçando um caminho para o futuro do País. Que ele chamasse a todos, independentemente de partidos, para sentarem-se à mesa e fazer uma reforma. Vamos fazer uma reforma partidária, que não seja fruto da maioria ou da minoria, mas aquela que seja real, sincera, que tenha bom senso, que não queira esmagar os pequenos partidos, mas que impeça a existência de trinta e seis partidos, o que impede uma eleição democrática, aberta. No Brasil, muitas vezes, uma eleição se transforma em uma anarquia pelo exagero de candidatos. Vamos debater a questão dos fundos de campanha, nessa hora tão dramática em que esses fatos estão sendo discutidos. A imprensa tem me procurado. Tenho até me despreocupado da análise desses fatos, embora importantes, porque penso que a Procuradoria está fazendo isso. Temos que aproveitar a dramaticidade dos fatos que estão sendo apresentados para tentarmos fazer com que o dinheiro público possa financiar campanhas. Assim, podemos terminar com esse exagero de dinheiro nas eleições brasileiras. Vamos fazer uma reforma tributária. Tenho andado pelo Brasil e posso testemunhar que essa luta de Estado contra Estado não pode continuar, essa luta de um querer

roubar a fábrica do outro, oferecendo uma vantagem aqui outra ali. Penso que isso vai terminar em um absurdo, porque nada acrescenta para ninguém. Existem países em que há disputa fiscal, como ocorre nos Estados Unidos, assim como há processos em que existe diálogo, como acontece na Alemanha. Em ambos os casos, tudo é feito em favor da nação, mas, no Brasil, isso não acontece!

No Brasil, há uma disputa. Por exemplo, uma fábrica está muito bem instalada em determinado local há 40 anos. De repente, deixa-se tudo aquilo, aquela mão-de-obra espetacular, e todos ficam desempregados. Todas as máquinas e prédios são deixados de lado, para se começar tudo de novo. Mas se trata da mesma fábrica; empregam-se dez mil pessoas aqui, mas ali ficam dez mil desempregados. Produz-se o mesmo, e o objetivo é o de se ganhar um pouco mais.

O estímulo deve ser feito para algo novo, para uma fábrica a mais, para algo mais moderno que ainda não exista. Mas isso tem de ser feito com diálogo entre os Governos estaduais e o Governo Federal.

É preciso haver um debate sobre quem vai pagar o ICMS. Quem paga o imposto sobre o automóvel? São os Estados de São Paulo, de Minas Gerais ou da Bahia, onde os carros são produzidos, onde estão os empregados, onde se recolhe o Imposto de Renda, ou é o Estado do Piauí, onde se compra o carro? O ICMS incidente sobre o carro consumido pelo homem do Piauí deve ficar sob a responsabilidade de São Paulo ou da Bahia? São teses a serem discutidas com grandeza, com espírito público.

O Presidente deve ter a visão, o espírito, a missão de estadista de verificar o que há a ser feito no Brasil, com a autoridade de Presidente da República, com a autoridade de quem está fazendo isso para preparar o caminho do Brasil para o futuro e não para si. Ele deve chamar as pessoas com essa grandeza. Eu diria até que ele pode se transformar em um magistrado que coordene toda a decisão final. Embora tenha o seu pensamento e haja os partidos que o apóiam, o Presidente deve permitir o debate, o diálogo e a busca do bem comum. Afinal, é isso que temos de buscar, pois nem sempre o que quero para o meu Partido, para mim ou para o meu Estado é o melhor para o País.

Na Câmara, a reforma do Judiciário foi feita apressadamente. Por força do Presidente do Senado, instalou-se uma CPI para investigar o Judiciário. Eu não a assinei, mas participei. Para responder a isso, a Câmara criou uma comissão para fazer a reforma do Judiciário. A reforma foi feita naquela Casa, enquanto

se falava na CPI do Judiciário aqui. E o que veio de lá, não sei... Não me parece que tenham sido apanhados os casos principais, que levam, por exemplo, à impunidade no Brasil. Estive vendo e relendo o texto que veio da Câmara dos Deputados, e me parece que ele foi feito muito na paixão, visando a interesses. Não houve serenidade; o momento não foi propício para uma reforma dessa natureza.

Agora, o projeto está aqui no Senado e tem um grande Relator, o Senador Bernardo Cabral. Se o Governo quiser, se ele entrar nisso... Vamos chamar o Judiciário, vamos chamar a OAB e tentar fazer uma reforma do Judiciário para valer, uma reforma que seja realmente necessária.

Fez-se a reforma tributária. O Deputado Germano Rigotto percorreu o Brasil. Fizeram um esforço dramático. O Governo e o Ministro da Fazenda acusavam o Congresso Nacional, dizendo que a reforma tributária não saía porque o Congresso não a queria, porque o Congresso não trabalhava. O Deputado Rigotto, que foi o Presidente da Comissão, e os outros membros trabalharam, percorreram o Brasil, fizeram o projeto. E aí o Governo tirou a máscara: o Governo não a queria. O Governo disse que não a queria. É que o Governo está numa posição muito cômoda, o Governo está arrecadando bem – nunca se arrecadou tanto quanto o que se arrecada agora –, mas os Estados estão na força e os prefeitos dos Municípios estão na véspera da cadeia. Mas a União arrecada bem.

O Presidente deve fazer essa reforma tributária e a reforma administrativa com a coragem que os constituintes não tiveram – e que o Congresso até hoje não teve –, a de fazer a reforma tributária juntamente com a reforma administrativa.

Sr. Presidente, trinta órgãos são encarregados de olhar para o menor, mas nenhum faz nada. Não sei quantos órgãos são encarregados da irrigação, e nenhum faz nada. Temos que acabar com isso. Temos que fazer a lista dos grandes encargos: menor, educação primária, educação secundária, saúde, universidade, estradas vicinais, grandes estradas, rodovias, ferrovias. Aqui estão os problemas, e, do outro lado, a arrecadação dos Estados, da União e dos Municípios. Vamos arrecadar uma determinada quantia e aí vamos ver quanto queremos gastar com o menor. Com o menor, vamos gastar 5% do orçamento. Com quem vai ficar o menor? Com a prefeitura. Então, esses 5% vão para a prefeitura. E o problema do menor está lá na prefeitura: há cinquenta ou sessenta órgãos, e gasta-se 80% da verba na manutenção desses órgãos. Vamos racionalizar.

Isso vale para a saúde. Vamos a Porto Alegre, onde há o hospital da prefeitura, o hospital do Governo do Estado, o hospital da universidade, o hospital universitário em convênio com o Governo. Praticamente, a saúde está distribuída por todos os poderes. Se vamos municipalizar a saúde, deve haver dinheiro destinado para esse fim.

E o Governo deve ir para o municipalismo, Sr. Presidente. Não vejo saída fora do municipalismo. Não vejo saída.

Sr. Presidente, já fui Governador, Ministro, Deputado. Andei pelo mundo. Não há lugar no mundo que funcione bem a não ser por meio do municipalismo. A única figura real que existe é o Município. O Estado é uma figura jurídica. A União é uma figura jurídica. V. Ex^a e eu moramos em um Município, temos uma casa num Município. Quando morreremos, vamos ser enterrados num Município. As fábricas situam-se num Município. A estrada que une vários lugares liga Município a Município. Querer ficar com o dinheiro concentrado aqui em Brasília...

Um prefeito, em quatro anos de mandato, gasta pelo menos um ano e meio do seu mandato para percorrer a distância entre a capital de seu Estado e Brasília para pedir, pelo amor de Deus, migalhas daquilo que devia estar no orçamento para o seu Município. Com o municipalismo, Sr. Presidente, o dinheiro não precisa vir para cá para depois ir para o Município. Hoje, o dinheiro vem para Brasília ou vai para a capital do Estado, entra num bolo aqui e depois volta.

Na Alemanha, a arrecadação é feita no Município. Tudo que é para ser feito no Município é feito ali; o dinheiro já está no Município e fica ali. Vai para a União a parte pequena, necessária para se manterem as questões nacionais.

Essas questões têm de ser abordadas. E como nós, no Brasil, deixamos sempre para o dia de amanhã, todos estão acomodados, ninguém quer abrir mão daquilo que tem.

Quando fui Ministro da Agricultura, visitei o serviço de meteorologia. Havia pelo menos uns dez setores para estudar o tempo, e um era pior que o outro, porque ninguém tinha recursos. Fizemos um convênio e mantivemos pelo menos um serviço. O Ministério da Agricultura, utilizando uma máquina de escrever do século passado, fazia, por telefone – naquela época era horrível o serviço de fornecimento de dados –, o entendimento com o Ministério de Ciência e Tecnologia, do ex-Ministro Renato Archer. Passou a fazer esse serviço por satélite. O serviço de meteorologia do Ministério da Agricultura avançou cem anos

em um dia, quando aposentou a sua velharia. O Ministério da Agricultura fez um convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia e passou a usar o serviço de satélite que já tínhamos à nossa disposição.

Há dez ou doze setores no Brasil que cuidam da água, principalmente da água de irrigação, e ninguém quer abrir mão. São cinco Ministérios, com oito a doze setores, encarregados da irrigação, e ninguém faz nada. Chegou a ser formado o Ministério da Irrigação, e, mesmo assim, esse Ministério não teve sob o seu controle todos os setores de irrigação.

Então, reparem como há para Fernando Henrique e para o Congresso Nacional, nesses dois anos, uma missão fantástica. Talvez esse seja o período mais importante da história do Congresso Nacional, muito mais importante do que a Constituinte, que tinha uma tarefa: a gente faz, põe para fora, expõe as idéias e os pensamentos, mas não tem nenhum compromisso com as consequências do resultado prático. Agora, não; vamos fazer as reformas para valer, para o dia-a-dia, vamos fazer aquilo que deve ser feito.

Como gostaria que Deus me desse o dom, a capacidade de exprimir ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a importância dessa missão, para que ele a aceitasse, convocando todos os partidos políticos, entidades importantes e o Congresso Nacional, a fim de que fizéssemos essas reformas! E essas reformas seriam implementadas sem a preocupação deste ou daquele Partido, desta ou daquela candidatura. Não seria nada contra ou a favor do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que está chegando ao final.

Este é o apelo, profundamente emocionado, que faço ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se houver oportunidade, eu lhe pedirei uma audiência e levarei este meu apelo. Tirarei uma cópia deste discurso, Sr. Presidente, e, juntamente com um ofício, eu o enviarei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que ele tome conhecimento do meu pensamento.

Sr. Presidente, sei que meu tempo já está esgotado, mas gostaria de dizer rapidamente que, ontem, o nosso Partido promoveu um congresso muito importante em Joinville. Fomos, de certa forma, surpreendidos, porque não imaginávamos que os nossos companheiros de Joinville, o nosso Presidente Casildo Maldaner e o Prefeito Luís Henrique reunissem lideranças tão importantes naquele Município. Todos os Prefeitos reeleitos ou eleitos, os Vice-Prefeitos, os Vereadores, os Parlamentares e o Presidente do Partido estavam lá.

Também nos surpreendeu a presença de lideranças de todo o Brasil, que vieram de longe, de Rondônia. V. Ex^a nos honrou, representando a direção do nosso Partido no Acre, além da senatoria que exerce tão bem e há tanto tempo. O Governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, enviou seu representante, o ilustre Secretário Arthur Ferreira Lima. Estava também presente o Prefeito de João Pessoa e o Presidente de Tocantins. Havia, enfim, uma caravana enorme do Rio Grande do Sul.

Nós recebemos, neste 15 de novembro, representação de todo o Brasil, sob a tese "15, vote no 15", já nos preparando para a próxima eleição, o que é muito interessante. Já que a eleição será feita pelo número – e o 15 é o nosso número –, estamos começando a preparar nossa gente para o nº 15. É bom fazermos isso. Se amanhã for aprovada a lista partidária – e sou favorável a ela –, que votemos cada vez mais no partido e menos na pessoa! Essa é uma das grandes questões, para que um dia venha a imperar a fidelidade partidária. Só neste ano, 200 Parlamentares trocaram de partido.

Foi uma grande reunião, Sr. Presidente. Tive a emoção de ver meu nome aceito, por unanimidade – eu diria –, como pré-candidato à convenção do PMDB. É claro que se pode falar em pré-candidato, porque a convenção do PMDB será democrática e se realizará no ano 2002. E até lá, muita coisa pode acontecer. Não sei se estarei vivo, não sei se aparecerão outros nomes na convenção do PMDB querendo disputá-la, e isso é democrático. Eu vou disputá-la – essa decisão é definitiva –, mas poderão aparecer outros companheiros querendo o mesmo. O PMDB vai ter candidato próprio – essa é uma afirmação definitiva –, mas poderá haver outros nomes.

O importante é que, quando aceitei a indicação do meu nome para uma candidatura à Presidência, não estava preocupado em sair na frente. "Quem sai na frente bebe água limpa". Eu não estou preocupado com isso, Sr. Presidente. Quem me conhece sabe disso.

Quando da eleição do Dr. Ulysses, éramos todos Governadores do PMDB, à exceção de Sergipe. Na hora dramática, não chegávamos a um entendimento. Todos nós, embora apaixonados pelo Dr. Ulysses, achávamos que aquela não era a hora dele, fruto dos desgastes que tinham acontecido. Aquela época talvez tenha sido, na vida do Dr. Ulysses, a única em que ele não era o candidato natural, a única em que ele não tinha prestígio total no Brasil. Essa é uma coisa do destino. Já disse várias vezes que Deus fez

com o Dr. Ulysses o que fez com Moisés. Por 40 anos, Moisés conduziu o povo judeu, e, quando chegou a hora de entrar na Terra Prometida, Deus lhe disse: "Você não vai. Você fica". O povo estava sem água. Deus pediu a Moisés que batesse com o seu bastão na pedra para que saísse água. Moisés duvidou e perguntou: mas daqui vai sair água? Ele bateu na pedra, e a água jorrou, mas aquela dúvida custou a sua não-entrada na Terra Prometida.

Naquela oportunidade, os Governadores me indicaram como candidato do Partido, dizendo que eu poderia somar, porque era o homem-irmão do Dr. Ulysses. Não aceitei isso em hipótese alguma, porque, no dia anterior, em nome de todos os Governadores, eu havia falado que o Dr. Ulysses não podia ser o candidato. Como eu poderia reunir-me com os Governadores, levar-lhes um nome – eles me pediram para fazê-lo – e, no dia seguinte, anunciar o nome de Pedro Simon? Isso me pareceria hipocrisia. Não aceitei, Sr. Presidente.

Na época do Itamar – eu era seu Líder –, houve um momento em que o Quércia não quis indicar o Ministro da Fazenda, que era para ser do PMDB, tinha sido destinado ao PMDB. O Quércia, nosso Presidente, não quis fazer essa indicação e não quis que o PMDB o fizesse. Lá pelas tantas, fizemos uma reunião na casa do então Presidente do Senado Federal, e o Quércia disse: "O Simon, que coordenou tudo e é o Líder do Itamar, deve assumir o Ministério da Fazenda". O Dr. Ulysses e todo o pessoal reuniram-se e concordaram: "Esta é a saída; o Simon assume esse Ministério". Não aceitei isso em hipótese alguma, Sr. Presidente. Não aceitei porque tinha sido o principal coordenador do **impeachment**, que praticamente foi feito no meu gabinete, e eu não aceitava a hipótese de que poderiam pensar que eu queria me aproveitar. Assim como ocorreu com os que derrubaram Getúlio Vargas, em 1954, assumiram todos os Ministérios do Café Filho, a começar pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, o Sr. Baleeiro, e outros mais. Em 1964, a mesma coisa. Os que deram o golpe e derrubaram o Jango, com o Castelo Branco, assumiram os Ministérios.

Portanto, eu tinha um medo terrível, um pavor disso. Já me assustava com o fato de estar coordenando uma CPI que iria terminar no **impeachment** do Presidente. Muitos diziam que era isso o que tinha acontecido: tinha sido uma CPI que tinha derrubado o Jango; tinha sido uma CPI que tinha matado Getúlio. Tinha medo dessa comparação. Mas, graças a Deus,

a CPI chegou ao final com dignidade e democraticamente. É um exemplo para o mundo.

Mas o fato é que não aceitei. Achava que ficava muito mal eu, coordenador da CPI, assumir um Ministério de um Governo que resultou da cassação do mandato do Presidente anterior. Muitas vezes o meu nome foi cogitado para ser o candidato a Presidente do Governo Itamar Franco. Nunca aceitei.

Neste momento, Sr. Presidente, em que o PMDB não atravessa uma grande fase e estamos a dois anos das eleições, não aceitei a candidatura com a vaidade e com a pretensão de buscar a Presidência porque acho que sou melhor do que os outros, ou coisa que o valha. Entendo que o que podemos fazer é uma grande caminhada. Talvez os outros partidos se inspirem em nós. Nós, do PMDB, temos um passado, uma história. Afinal – a não ser os poucos que saíram da Arena -, o PT, o PDT, o Partido Socialista, o Partido Comunista, todos eram gente nossa. Como primeiro Vice-Presidente do MDB, liderei toda essa gente no Rio Grande do Sul, junto com o Dr. Ulysses. Saíram, organizaram-se e são irmãos nossos, por quem temos o maior respeito e o maior carinho.

O que estou propondo, Sr. Presidente, é o que vamos fazer é percorrer o Brasil para discutir com a sociedade. Não é campanha eleitoral. De promessa, o povo está cheio, o povo cansou. O Collor prometeu, o Jânio Quadros prometeu; cá entre nós, o Presidente Fernando Henrique também prometeu. Não é isso. Farei uma campanha muito mais para Teotônio, daquela que fiz com ele andando pelo Brasil inteiro – graças a Deus, sem nenhum câncer, sem muletas, sem cadeira de rodas, podendo falar -, lembrando o que ele dizia, as dívidas sociais que ele apresentava.

Vem a imprensa hoje e diz que eu estava lá criticando o Fernando Henrique com um discurso de oposição. Eu disse com todas as letras: isso vem de longe, essas questões, essas injustiças sociais no Brasil vêm desde o Descobrimento. Não nos preocupamos com essa questão há muito tempo. Não é o problema de ser a favor ou contra o Fernando Henrique. É um problema da sociedade brasileira, com quem devemos estabelecer um debate e discutir o problema da ética, o problema da impunidade, o problema da pobreza, da miséria, as prioridades.

Se eu for candidato a Presidente, não vou dizer que vou resolver o problema da fome. Mas vou dizer que o problema da fome é o problema número um das minhas preocupações, das minhas angústias. Vou dizer que o problema do desemprego é o problema fundamental das minhas angústias, mas não vou resol-

ver o problema do emprego e deixar todo mundo empregado. Vou dizer que o problema dos que moram debaixo da ponte, dos que não têm casa, dos que não têm teto é um problema fundamental.

Então, essa é a caminhada que pretendemos fazer. Ontem estivemos em Joinville. Na próxima sexta-feira, estamos com problemas, porque Goiânia, Mato Grosso do Sul e Paraná marcaram no mesmo dia, não sabemos como vamos fazer. Em Belo Horizonte, já foi marcada pelo nosso Partido, assim como em Pernambuco e no Ceará. Faremos essas reuniões como eu já as tenho feito, Sr. Presidente.

Estive, semana passada, em Santarém, num congresso organizado pela Universidade, do qual participaram representantes de toda a sociedade. Não foi sequer uma reunião partidária. Nesse encontro, foram debatidas diversas teses defendidas por eles, como, por exemplo, a da criação do Estado do Tapajós. Eles reivindicam também a construção da estrada que liga Cuiabá a Santarém, que para eles é uma redenção. Trata-se de uma região impressionante, que teve o seu período áureo com o minério, com a exploração do ouro, e que agora vive numa situação de prostração e de expectativa. Se tiverem a saída para o mar por meio dessa estrada, isso irá beneficiar uma enorme região que pode produzir, plantar, se desenvolver e avançar, mas que hoje não tem previsão alguma.

A Ulbra, uma universidade do Rio Grande do Sul, fez uma extensão universitária espetacular em Santarém e reuniu toda a sociedade, Prefeito, vereadores, para, durante uma semana, debaterem uma proposta para aquela região. Foi com muita honra que participei desse debate. Discuti, ouvi desaforos, elogios, passei o dia debatendo, e fiquei emocionado com aquela gente. Acho que é por aí. São eles que devem se preocupar, buscar, querer, fazer como querem, definir onde querem chegar, para depois dialogarmos.

É por aí, Sr. Presidente. É isto que pretendemos fazer por todo o Brasil, debater, discutir. A imprensa inclusive pergunta qual a minha proposta em relação a esse ou àquele assunto. Nesse ponto, concordo com o Brizola. Quando perguntado, numa de suas candidaturas a Presidente – foram tantas que não me lembro qual delas –, sobre qual era o seu plano de governo, ele respondeu que iria ver, discutir com o povo, discutir com a sociedade. E insistiram: – Mas o senhor ainda não tem um plano de governo? Ele então afirmou: – Olha, meu filho, ter plano de governo é a coisa mais fácil. Tem o Tabajara, que é um economista fantástico que tem tudo na cabeça, é só pedir que ele faz.

É só recomendar para o Tabajara que ele manda até pelo reembolso postal. Pode-se pedir até dois ou três e aplicar o que quiser. O Brizola tem razão. Plano, projeto, proposta, o papel aceita tudo o que você quiser. Então, acho que não é por aí.

Por isso, nestes dois anos, o que vamos fazer é irmos ao encontro da sociedade, é conversar com o cidadão, é ouvir. Tem muita gente que acha que o projeto, que o plano, que as idéias têm que surgir nos grandes gabinetes, no Fundo Monetário Internacional, no Banco Mundial, no Banco Central, na Universidade de São Paulo, na Universidade de Campinas, junto aos grandes intelectuais. Há ainda os que entendem, como nossos queridos irmãos do PT, que se deve reunir as lideranças em torno de um orçamento participativo para que elas possam dar palpite sobre como e onde se gastar os recursos. Tudo isso pode ser importante, mas deve-se discutir com toda a sociedade, e não querendo dividi-la: você é PMDB, vem cá, assina a ficha. Não! Deve-se falar com a sociedade, dialogar, em termos da nossa brasilidade. Isso que está aí não pode continuar. Essa falta de sentimento.

Sou um apaixonado pelo povo brasileiro. Vi lá no Nordeste, na caminhada que fiz, e agora, em Santarém, no Amazonas, e por onde tenho andado, o sentimento do nosso povo, da nossa gente, a garra, a vontade, a disposição. Mas há uma distância muito grande entre as autoridades e o povo. Há um infinito, há muros que separam. E não estou falando sobre hoje, falo do que vem se perpetuando.

Tem razão o Presidente Fernando Henrique quando diz que o PSDB e nós todos temos que nos aproximar mais do cheiro do povo. Mas não é nos aproximarmos para sentir o cheiro do povo – ao contrário do outro Presidente da República que gostava mais do cheiro de cavalo -, é nos aproximarmos do povo para dialogar, para discutir, para debater, para conhecer e para ver as propostas que devem ser feitas. Muitas delas devem ficar lá, muitas podem ficar lá no município, lá na região. É isso que vamos fazer, Sr. Presidente. Não sei que resultado alcançaremos. Daqui a dois anos, pode ser que a convenção do MDB tome outra decisão. Não sei e nem estou preocupado.

Nós somos um partido que tem história, Sr. Presidente! O Brasil é um país que não tem memória; o Brasil não tem memória nem das coisas boas nem das coisas ruins. Os escândalos de hoje são esquecidos pelos escândalos de amanhã. O Brasil não cultua seu passado.

Ontem, pela televisão, assisti a uma enquete, perguntas que foram feitas a alunos de um curso pré-vestibular. Nenhum deles sabia dizer o que representava o dia 15 de novembro, o que era a República, como tinha sido feita a sua proclamação. Ninguém sabia por que ontem era feriado. Pré-universitários, Sr. Presidente!

Neste país, Sr. Presidente, o MDB é o único partido que tem história. Neste Brasil a política não tem nada que ver com a República, a política não tem nada que ver com a independência, com as leis sociais, tudo isso foram conquistas. As leis sociais vieram com Getúlio, na época do Estado Novo. A República foi decorrência de desavenças que não tinham nada que ver com o ideal republicano – eu até gostava demais do D. Pedro II.

Foi dentro do MDB que todas as forças se reuniram para derrubar uma ditadura violenta e cruel que durou um longo período. Existiam alguns que queriam a luta de classes, queriam a guerrilha. Só atrasaram o retorno da democracia. Respeitávamos o direito deles de fazerem a guerrilha, mas não deu em nada. Eles mesmos reconhecem o equívoco que cometeram e que isso atrasou a normalidade democrática.

Existiam outros que queriam extinguir partidos, extinguir o MDB, porque achavam que o MDB estava convalidando atos da ditadura. Nós fomos contrários, porque achávamos que nunca, em uma ditadura, se deveria extinguir as poucas trincheiras de resistência que se tinha. Tínhamos uma tribuna e não podíamos abandoná-la.

Uns defendiam a renúncia coletiva de mandatos, outros defendiam o voto em branco, mas nós do MDB fomos firmes na luta, na resistência para chegar à democracia. E chegamos. Chegamos à democracia, chegamos às eleições diretas, chegamos à Constituinte, chegamos à liberdade de imprensa, chegamos ao fim da tortura, chegamos ao fim da pena de morte, chegamos à defesa do **habeas corpus**. Tudo isso fizemos, Sr. Presidente. Foram conquistas.

Mas estamos longe da perfeição e nós do MDB fizemos a nossa mea-culpa como todos no Brasil. Estamos muito longe de alcançar as metas sociais. Muito longe! Mais longe do que antes, mais longe hoje do que em 1964. Hoje os desníveis sociais são maiores, a concentração de renda está mais iníqua, os equívocos são maiores.

Nós estamos dispostos a fazer essa caminhada e não se trata de uma caminhada isolada, mas de uma caminhada que pode ser feita com respeito, ainda que com divergências. E outros partidos também

podem fazê-lo. Vamos conscientizar nosso povo, vamos valorizá-lo, vamos fazer com que ele tenha fé, com que ele tenha confiança, com que ele acredite.

Essa é a nossa proposta.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador Pedro Simon, eu hoje gostaria de dar vários abraços em V. Ex^a e até mesmo dizer "prazer em conhecê-lo". E muito prazer, pois a cada dia V. Ex^a nos apresenta uma faceta de sua personalidade, e todas elas são dignas dos maiores encômios. Essas facetas preservam e resguardam a natureza inconsútil de V. Ex^a. Assim, os vários pedros simons que a cada dia nos surpreendem, surpreendem-nos de maneira positiva, afirmativa. Por isso, gostaria de dar-lhe vários abraços: o abraço ao candidato à Presidência da República, ao pré-candidato – espero que V. Ex^a seja confirmado pelo seu Partido oportunamente – e também a este jovem Pedro Simon que já começou a sua largada viajando pelo País e, como sempre, atuante e presente. V. Ex^a diz que o País não tem memória. Eu gostaria apenas de lembrar que a memória de V. Ex^a, a sua memória política, a sua memória histórica, a sua participação direta consiste, para nós, em uma preciosa memória dos acontecimentos. Era só isso. Fiquei aqui muito tempo pensando se poderia ou não interromper a sua brilhante exposição. Meus parabéns e um abraço.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Lauro Campos, V. Ex^a não calcula a alegria com que recebo o seu aparte. V. Ex^a é um dos homens que honra este Parlamento, é uma biografia de alguém que é fiel a uma idéia, a um pensamento, não importando em que circunstâncias ou em que tribuna lute por ela.

Identificamo-nos muitas vezes, porque, assim como eu no PMDB muitas vezes divirjo, V. Ex^a também diverge muitas vezes no PT, porque é fiel às suas idéias. V. Ex^a é um feliz exemplo de retidão, de linha de pensamento, de pessoas que sabem o que querem e por que estão lutando. Que bom se todos nós no Brasil tivéssemos esse pensamento, essa retidão, essa firmeza, essa convicção quanto às nossas idéias e lutássemos por elas, como V. Ex^a vem lutando ao longo da sua vida, quer na cátedra, quer no Parlamento!

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a sua infinita tolerância. Apenas gostaria ainda de dizer o se-

guinte. Não estou preocupado, como alguns da imprensa querem fazer parecer ao dizer que o Senador está brigando para ser candidato, o Senador está buscando a Presidência da República. Não! Não estou brigando para ser candidato. Aliás, a aceitação foi unânime até aqui. O que estou buscando – e tenho feito um esforço muito grande – é que o PMDB resgate o seu papel, que dê continuidade ao papel histórico que desempenhou até a morte do Dr. Tancredo. Até ali representamos fantasticamente a sociedade brasileira. Mas a morte do Dr. Tancredo foi um grande golpe para nós – parece que Deus quis testar a nossa força, a nossa resistência, parece que tudo que tinha acontecido no Movimento de 1964, todas as nossas lutas e resistências ainda não nos tornavam merecedores de fazer as transformações que desejávamos.

As pessoas não se dão conta, mas até hoje fico arrepiado: Tancredo morreu no dia 21 de abril, como Tiradentes; morreu esquartejado, como Tiradentes: sete, oito cirurgias demoliram-no. E na hora em que íamos iniciar a caminhada... Com todo o respeito, com todo o carinho ao Presidente Sarney – ele fez milagre –, mas não tinha credibilidade, não era o homem, não tinha o preparo. Sarney tinha vindo da Presidência da Arena e era um bom vice para unir as forças. O homem que tinha sido Primeiro-Ministro de Jango, Ministro de Getúlio, Governador de Minas, que se tinha preparado para aquela missão era o Tancredo. E Deus nos fez aquilo.

Como 1º Vice-Presidente, quando estava aqui, como Ministro da Agricultura, evitei muito as divergências de Ulysses com Sarney, mas quando fui para o Governo do Estado, lamentavelmente... E a imprensa ajudou muito nisso, não de má-fé, mas aquelas charges... Como digo hoje sobre as charges que aconteciam do Antonio Carlos com o Fernando Henrique, mostrando o Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, meio que dono, e o Presidente Fernando Henrique meio que boneco. Fizeram muito isso a respeito do Sarney com o Dr. Ulysses. No início, ríamos, brincávamos, achávamos engraçado, mas, com o tempo, o Dr. Sarney começou a se irritar com aquilo, e terminou daquela forma: com o rompimento.

Esse rompimento dificultou o Governo do Dr. Sarney, cujo ápice foi o Plano Cruzado, que foi um grande esforço no sentido de acertar. E quase acertamos. Faltou capacidade, faltou coragem de fazer a revisão na hora certa. E o meu partido foi o grande responsável também por isso. Vamos fazer o mea-culpa. Não foi o Presidente Sarney o culpado. E não fizeram as revisões na hora certa e, quando as fizeram, o ne-

gócio caiu por terra. Dali para cá, o PMDB vem pagando um preço caro, muito caro.

Por isso, creio que agora temos que restabelecer o nosso caminho, debatendo essas teses. Não com a antiga exclusividade do antigo MDB, porque éramos só nós. Não havia ninguém. Agora temos que ter a humildade de reconhecer que há grandes partidos, grandes lideranças: OAB, CNBB, ABI, CUT, sindicatos, imprensa. Hoje, a liberdade é total. Não é mais como na nossa época do MDB. O que tínhamos era a polícia, o Exército, a violência, as cassações, a tortura. Era uma época difícil aquela. Agora, a pregação será aberta, democrática. Por que o próprio PT não convida o Sr. Antonio Carlos para os seus congressos para debater sobre pobreza e tanta coisa mais? Considero isso altamente positivo. Meu querido Líder, antes de V. Ex^a chegar, eu havia dito que a proposta que faço ao Presidente Fernando Henrique é que, nesses dois anos de seu mandato, possamos ter um grande entendimento e fazer as reformas de que o Brasil precisa: chamar toda a sociedade, chamar a todos e buscar o que há de melhor nas reformas política, partidária, tributária e fiscal, aquilo que era para ser feito no início do Governo dele, lá no primeiro mandato, mas que não foi – não importa agora –, porque ele entrou na reeleição, e a reeleição o impediu de fazer isso em final de Governo.

Ele pode se transformar em um grande estadista, fazer aquilo que, desde 1500, o Brasil está esperando: sua modernização, seu estatuto político, econômico, ético e social. Podemos ser todos convocados para isso.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dou o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Ouvindo V. Ex^a mais uma vez, percebo que, pela palavra desse eminente representante do Rio Grande do Sul, estamos nos encaminhando para um debate civilizado, elevado e inteligente, do qual sou um saudosista. Era estudante e muitas vezes ia ao Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, para assistir e me encantar com os grandes debates que ali se realizavam. Ali se praticava o jogo da inteligência entre homens de grande envergadura política, entre os quais Carlos Lacerda, Vieira de Melo, que era da Bahia, um grande debatedor, Afonso Arinos e tantos outros. Também eram dessa época Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, aos quais V. Ex^a se refere. O Parlamento há de ser isto: a casa do debate elevado, do debate da inteligência.

Não estava aqui, mas ouvi o aparte do Senador Lauro Campos, profundo, embora, dessa vez, curto, mas denso na sua significação. Sempre me encanto com as manifestações do Senador Lauro Campos. Como eu gostaria de ter a cultura de S. Ex^a e ele a exhibe aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E eu também.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – S. Ex^a é um homem civilizado, extraordinário. Tenho uma admiração profunda pelo Senador Lauro Campos e por V. Ex^a. Ultimamente vejo que V. Ex^a vai-se aperfeiçoando na vida pública. V. Ex^a que é longamente caminhando na política brasileira, que veio do Rio Grande do Sul, era Deputado Estadual. Lembro-me de que, um dia, eu era jornalista, houve um acontecimento político, e aqui chegou o Deputado Estadual Pedro Simon e fez um discurso. Fiquei reparando naquele discurso e, a partir dali, nunca mais deixei de me encantar com as falas de V. Ex^a. Mas percebo que a cada dia V. Ex^a agrega mais conhecimentos, mais experiências, e vai-se tornando no que é hoje: um estadista de fato. Espero que essa pré-candidatura do PMDB, que agora é entregue às mãos seguras e experientes de V. Ex^a, possa de fato andar. Entre os grandes partidos – PMDB, PFL, PSDB –, não podemos deixar de ter candidatos dessa envergadura, que, exibidos à opinião pública, possam de fato dela reconhecer o apreço e o merecimento que têm. O meu Partido está com dois nomes: a Governadora do meu Estado, Roseana Sarney, que está crescendo nas pesquisas, na última já estava com quase 14%, colocada em terceiro lugar, e o Senador Antonio Carlos Magalhães, um dos pró-homens da vida pública brasileira. Mas é preciso que haja muitos nomes, até para que o povo possa com segurança escolher aquele que melhor lhe pareça. Estive certa vez – perdoe-me o Senador Lauro Campos; já estou aqui a imitá-lo, não na profundidade dos apartes de S. Ex^a, mas no tamanho dos mesmos – na Alemanha, como jornalista ainda, por volta de 1976, convidado que fui para acompanhar as eleições naquele país. E, durante trinta dias – que experiência extraordinária –, andei em um ônibus com o Deputado Helmut Khol, Presidente da CDU, que é o grande partido na Alemanha, e candidato a Primeiro Ministro se o seu partido tivesse sido maioria naquelas eleições, e pude haurir algumas das experiências daquele país e como se fazia política ali. É um país com grande número de estadistas. Eles fazem a cultura dos estadistas. Portanto, quando sai Helmut Schmidt e assume Helmut Khol, a Alemanha está muito bem

dirigida. Saindo Helmut Khol, há sempre outro e outros, porque são inúmeros os estadistas alemães. Precisamos fazer o mesmo aqui: escola de estadistas. E é através desta Casa e da outra que vamos conseguir esta vitória. O Brasil é a oitava Nação econômica do mundo, um grande País na sua dimensão territorial e em sua população, não pode ser dirigido por homens menores do que V. Ex^a, que é tão elevado. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem a nossa admiração. V. Ex^a o critica por alguns aspectos – e, talvez, eu também o fizesse –, mas Sua Excelência merece a admiração de V. Ex^a, a minha e a deste País por tudo quanto Sua Excelência pôde fazer em benefício do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concorro plenamente, Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Um dos gestos grandiosos do Presidente, que decorrem da sua inteligência, foi o Plano Real, que nos retirou daquela infelicidade – mas do que do calvário – de uma inflação tão elevada e nos trouxe a esta situação de hoje. Mas isso não basta em si mesmo. E, constantemente, daquele microfone, o Senador Lauro Campos nos encaminha a uma meditação sobre o que está ocorrendo com a economia brasileira. Certa vez, disse ao Ministro da Fazenda e ao Presidente – e, em particular, comuniquei ao Senador Lauro Campos: prestem atenção no que diz o Senador Lauro Campos sobre a economia brasileira. Muitas vezes, Senador Lauro Campos, mando buscar na Taquigrafia os seus discursos, depois de tê-los ouvido aqui, e me ponho a lê-los, porque acredito que ali está, de fato, um caminho, uma luz...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E V. Ex^a os encaminha ao Presidente, posteriormente?

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Não. Não tenho mandado os discursos ao Presidente, apenas falei com Sua Excelência e com o Ministro da Fazenda. Senador Pedro Simon, vejo que V. Ex^a já se impacienta pela extensão do meu aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pelo contrário, estou achando brilhante o aparte de V. Ex^a, Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Quero concluir dizendo que V. Ex^a cumpre muito bem o seu mandato de Senador da República. Primeiro, é um dos Senadores mais presentes; segundo, está na tribuna frequentemente; terceiro, ali está para dizer coisas consistentes e, finalmente, V. Ex^a se constitui um exemplo para os mais moços que aqui chegam e até para os mais antigos que aqui estão. Receba minha

saudação. Espero que a pré-candidatura de V. Ex^a possa caminhar em benefício não apenas de um partido político, mas desta Nação Brasileira. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nobre Líder Edison Lobão, fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a. Fico muito feliz com a disposição de V. Ex^a em relação à proposta que faço. Tem razão V. Ex^a: o Brasil precisa de estadista, e este tem que nascer na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Temos que realizar um debate elevado, que tenha conteúdo.

O que eu dizia – quando V. Ex^a não estava presente e quando mereci o aparte do Senador Lauro Campos – é que devemos aproveitar esses dois últimos anos de mandato do Presidente Fernando Henrique para fazer o que não foi feito no início do Governo de Sua Excelência: as reformas política, partidária, administrativa, tributária e fiscal. O Presidente pode fazer isso, nobre Líder – e espero ter um aliado em V. Ex^a –, fazendo um chamamento geral, fazendo com que o ano que vem não seja um ano de guerra e de brigas, mas um ano em que sejam convocados os partidos, inclusive os de Oposição, a OAB, as entidades, para que, junto com o Presidente, façamos as reformas necessárias. Sua Excelência, como estadista, tem a autoridade de realizá-las, porque não será o beneficiado, uma vez que estará no final do seu mandato. Que se aproveite esse tempo para fazer aquilo que não fizemos nos 500 anos deste País.

Há velhos institutos que precisam ser discutidos, como a reforma agrária, o problema da uso da terra. Por que a distribuição da terra nos Estados Unidos foi realizada? Por que foi aquele espetáculo a marcha para o oeste nos Estados Unidos? Porque lá a propriedade da terra era daquele que estava em cima dela. As pessoas chegavam, instalavam-se, construíam uma cerca, colocavam sua carroça ali e iam ao cartório registrar: "Eu sou posseiro!" E não adiantava alguém dizer: "Não, eu tenho o título de propriedade". Até hoje, não mudamos isso no Brasil.

Portanto, eu digo: o ano que vem poderia ser o grande ano da história do Brasil. O Senhor Fernando Henrique poderia marcar sua vida na história se convocasse todos: nós, da Base do Governo; a Oposição; a sociedade no seu conjunto. Vamos tentar fazer isso. O final do mandato, nobre Líder, é muito desgastante. Não há mais eleição. Daqui a pouco, será criada uma crise aqui, outra ali. Daqui a pouco, o grande fato do momento será a reforma ministerial: o que cabe ao PMDB, ao PFL, ao PSDB. E vamos ficar na base da picuinha, da picuinha, e se passa o ano que vem.

No entanto, se o Senhor Fernando Henrique Cardoso, no seu pronunciamento de fim de ano, fizer esse chamamento à Nação e afirmar que está disposto a, como um estadista, olhar para o futuro e fazer o que nunca foi feito – a reforma do Judiciário, o fim da impunidade; a reforma tributária, o fim dessa guerra por conquista de espaço entre diferentes empresas –, será o papel mais importante da vida do Presidente. Talvez, Sua Excelência e o Congresso Nacional desempenhem a missão mais importante já realizada, maior do que a da Constituinte. O importante na Constituinte foi convocar a Constituinte – nota mil. O resto foi o trabalho apaixonante que todos vibraram em fazer e fizeram até mais do que deviam. Agora, não teremos que fazer algo, mas que solucionar as questões. Qual a melhor maneira de fazer funcionar as áreas de educação e saúde? Como resolver a questão do municipalismo? E o problema da tributação? Como resolver o problema da imunidade no Congresso que não deve ser símbolo de impunidade? Como vamos solucionar essa nova questão que está na imprensa? Ontem, vi algo fantástico: a Rede Globo diz que estão censurando sua programação, porque uma juíza determinou que menores não podem participar de novela. As novelas da Globo são discussões da maior importância. Como vamos enfrentar isso?

O próximo ano será o grande ano para se fazer essas coisas. Tenho certeza de que todos os partidos não se negarão a isso.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nobre Senador Pedro Simon, peço desculpas a V. Ex^a, sei da profundidade e da importância de seu pronunciamento, mas V. Ex^a se encontra na tribuna há uma hora e vinte e oito minutos. Sinto muito, mas tenho que cumprir o dever de interromper um pouco esse fluxo de sabedoria e ensinamento que é o discurso de V. Ex^a, mas tenho que alertá-lo a respeito da hora.

O Sr. Edilson Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Edilson Lobão (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, se tivesse que demonstrar tudo aquilo que disse há pouco em relação a V. Ex^a, bastaria este exemplo: V. Ex^a, tendo 20 minutos para falar, já está com uma hora e trinta minutos, e todos estamos encantados, desejando que V. Ex^a prossiga no seu discurso

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, encerro, cumprindo imediatamente a decisão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Cumpro a decisão do Plenário e me filio a ela.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço profundamente o tempo que me permitiram ficar na tribuna.

Encerrando o meu pronunciamento, ontem em Joinville, disse que, se pudesse adotar um lema de campanha, adotaria um lema cristão que conheço há tanto tempo. Gostaria que nós brasileiros tivéssemos como meta dar pão a quem tem fome e fome de justiça a quem tem pão. Que bom se tivéssemos esse princípio como base da sociedade brasileira; que todos nós tivéssemos como primeira meta darmos pão a quem tem fome e, como segunda meta, darmos sede de justiça a quem tem pão. No nosso caso, seria a segunda meta. Pão, nós temos. Sede de justiça? Não sei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ouvir esse magnífico pronunciamento do Senador Pedro Simon, que nos brindou com a abordagem de temas da maior oportunidade para a Nação brasileira.

Em histórica reunião, ocorrida ontem, na cidade catarinense de Joinville, S. Ex^a foi lançado pré-candidato à Presidência da República pelo nosso Partido, o PMDB – e permitam-me a satisfação de registrar minha presença no encontro, que contou com a participação de cerca de dois mil líderes partidários e representantes da sociedade civil. Todos ouvimos com entusiasmo seu pronunciamento, no qual S. Ex^a enfatizou, com bastante propriedade e conhecimento de causa, a necessidade da adoção, por parte do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de medidas capazes de concluir as reformas que levarão nosso país aos rumos do desenvolvimento e da justiça social.

Gostaria de ater-me a dois aspectos da festa cívica em torno do Senador Pedro Simon, começando

pelo evento em si, cuja importância maior está no próprio fato de vermos o PMDB, Partido a que ambos pertencemos há muitos anos, lançando candidato próprio à Presidência da República para as eleições do ano 2002; em segundo lugar, a própria consistência moral, intelectual, política e ética desse candidato, indelevelmente marcada em sua trajetória política, no Rio Grande do Sul e no âmbito nacional, e nas propostas que apresenta, para resolver os cruciantes problemas da nossa Nação. É, realmente, o mais legítimo nome que o PMDB poderia indicar para defender sua bandeira, na disputa eleitoral que se travará daqui a dois anos.

Eu, que participei da reunião de Joinville, e ouvi os diversos pronunciamentos que ali foram feitos, fiquei realmente entusiasmado com a receptividade que ali teve o nome do Senador Pedro Simon. A aplaudi-lo estavam o anfitrião, Prefeito Luís Henrique, o Presidente estadual do nosso Partido, Senador Casildo Maldaner, vários Senadores, três Ministros de Estado, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de outros Estados, todos prestigiando aquele acontecimento político da maior envergadura para a vida do nosso PMDB, que, como disse o Senador Pedro Simon, é um Partido que tem história, tem tradição, que lutou e se empenhou, durante a Ditadura Militar, para o restabelecimento das franquias democráticas no País.

Se, em outras eleições, apenas apoiamos candidatos de outras legendas, entendemos que 2002 será o momento apropriado para o PMDB concorrer com candidatura própria, pois nosso Partido possui uma base eleitoral significativa em todo o território nacional. E o quadro formado nas recentes eleições municipais não deixa margem a dúvidas: o PMDB elegeu mais de mil prefeitos municipais, cerca de doze mil vereadores, quatro prefeitos de capitais e tem vários governadores; possui maioria no Senado Federal e uma expressiva Bancada na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas dos Estados federados.

Portanto, o momento é propício a que o Partido lance candidato próprio, como fez na reunião de ontem, para expressar suas propostas, para levar à população brasileira aquilo que consideramos as melhores idéias para solucionar os graves problemas que afligem nosso povo. E ninguém melhor do que o Senador Pedro Simon para encarnar essa candidatura, pois S. Ex^a já exerceu vários mandatos, não só no âmbito do Poder Legislativo – como Deputado estadual e hoje Senador da República, já em seu terceiro man-

dato – mas também como Governador do seu Estado natal, o Rio Grande do Sul.

A plataforma lançada ontem pelo Senador Pedro Simon está integralmente embasada na luta pela ética e pela moralidade, exatamente o que o povo brasileiro está reclamando. É inegável que avançamos no campo econômico e no campo social, mas ainda está faltando muita coisa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O maior questionamento na nossa sociedade é que se exerça política, que se faça administração, levando-se em conta os princípios éticos e institucionais. Essa será a bandeira de luta da sua candidatura, se a mesma vier a ser confirmada pela futura Convenção Nacional do PMDB – o que, sinceramente, espero venha a acontecer, pois ensinará ao nosso Partido uma presença efetiva na sucessão presidencial, à altura dos melhores nomes que os adversários venham a apresentar.

Portanto, desde já, quero emprestar o mais irrestrito apoio – em nome do meu Estado, o Acre, e, mais diretamente, em nome dos companheiros do PMDB acreano – à pré-candidatura do Senador Pedro Simon para a sucessão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Tenho o orgulho de ostentar uma trajetória partidária semelhante à do Senador Pedro Simon. A exemplo de S. Ex^a, comecei a fazer política em 1962, como Deputado Estadual, quando o Acre foi elevado à condição de Estado, e até hoje estou na vida pública, depois de ter desempenhado três mandatos como Deputado Estadual, dois mandatos como Deputado Federal e um mandato de Governador. E ora cumpro, nesta Casa, o meu segundo mandato de Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quero agradecer a gentileza de V. Ex^a, que me honrou com a sua presença em Joinville, junto com todas as representações do Partido a que V. Ex^a se refere, grande parte dos nossos Senadores e Deputados Federais do Brasil inteiro. Quero dizer que tenho muito orgulho em ser companheiro de V. Ex^a. Lembro-me do carinho e do afeto que o Dr. Ulysses tinha por V. Ex^a.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Lembro-me de que V. Ex^a era um membro nato da nossa Executiva, porque, nas horas difíceis, muitas das missões

graves do Partido eram delegadas a V. Ex^a. Lembro-me da época confusa, difícil, do árduo Amazonas, onde os nossos companheiros não se acertavam. O Dr. Ulysses esteve lá uma vez e disse que não voltava, porque as ofensas atingiam inclusive os membros da família. E V. Ex^a era o nosso enviado e perguntava: "Mas por que sempre eu que tenho de ir lá"? E o Dr. Ulysses respondia: "Você tem que ir lá, porque, para ir ao Acre, você passa por lá. Assim, já fica por ali; já resolve a questão"! Mas muitas missões como essa, difíceis mesmo, foram desempenhadas por V. Ex^a com grande gabarito e seriedade. V. Ex^a, com o seu estilo simples e singelo, foi um homem muito importante junto a Tancredo, junto a Teotônio, junto a Ulysses, nos momentos mais dramáticos, num Estado complicado como era o Acre. Naquele Estado, inclusive, tínhamos o nosso grande e primeiro presidente do MDB, Oscar Passos. Quando ele não se reelegeu, não ouviu os nossos apelos para permanecer na presidência do partido e se afastou da vida partidária, V. Ex^a assumiu o comando e vem desempenhando o seu papel com grande dignidade e seriedade. Tenho muito orgulho de ser seu companheiro e amigo.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me diferencia de alguns companheiros que fazem política em nosso País é que sempre fui um homem partidário. Sempre defendi intransigentemente os legítimos interesses institucionais da Pátria e o programa do meu partido. Sinto-me muito à vontade dentro do PMDB. Sou oriundo do PTB – do velho PTB de Getúlio Vargas – e minha primeira eleição para Deputado Estadual foi por aquela gloriosa legenda. Quando eclodiu a Revolução de 1964, e o Presidente Castelo Branco ...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Repare V. Ex^a que temos uma vida política igual, pois eu também vim do PTB. Quando extinguiram o PTB, fui para o MDB; quando extinguiram o MDB, fui para o PMDB. Temos uma vida política absolutamente igual. Comecei também como Deputado em 1962.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a V. Ex^a pela lembrança, Senador Pedro Simon.

Como dizia, quando o Presidente Castelo Branco entendeu de extinguir os partidos políticos – que, naquela época, eram cerca de 12 a 15 – e criou o bipartidarismo, surgiram a Arena e o MDB. A Aliança Renovadora Nacional representava o Governo, era o partido oficial dos que comandavam o Governo na-

quela época, dos que fizeram a revolução de 64; o Movimento Democrático Brasileiro era a Oposição.

Optei pelo MDB, pelo qual fui eleito outras duas vezes Deputado Estadual e, mais tarde, Deputado Federal.

No Governo do general João Figueiredo, impôs-se uma nova reforma política, para, ampliando o quadro, até então bipartidário, permitir a criação de outros partidos. Optei pelo PMDB, fiel às minhas origens políticas, de petebista e de emedebista histórico. Ainda hoje sustento sua bandeira e posso até afirmar, com absoluta convicção, que, se algum dia eu tiver divergência mais profunda com o meu partido, prefiro deixar a vida pública a deixar o partido. Jamais faria como tantos outros que, eleitos por um partido, em poucos meses, já o abandonam para aderir a outro.

É por isso, Sr. Presidente, que defendo o restabelecimento do instituto da fidelidade partidária, dentro da reforma a que se reportou o Senador Pedro Simon!

Temos de fortalecer as agremiações políticas, porque sem partido político não existe legítima representação popular. O cidadão, ao votar em determinado candidato, normalmente o faz mais em homenagem ao partido, atém-se mais à legenda do partido do que propriamente ao candidato. Portanto, reafirmo, não é justo quando o candidato, meses após receber os votos dados a uma legenda partidária, adere a outro grêmio, sem dar qualquer satisfação aos eleitores que o conduziram àquele cargo eletivo.

Por isso, sou favorável à fidelidade partidária, como também sou favorável a outras reformas. Devo apresentar, nos próximos dias – estou começando a coletar assinaturas nesse sentido – uma Proposta de Emenda ao § 6º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade da desincompatibilização dos que queiram concorrer à reeleição. Pela experiência que tivemos nas eleições de 1998 para Presidente da República e Governadores e, recentemente, nas eleições municipais, concluímos que sem desincompatibilização dos detentores do poder é muito difícil um candidato de Oposição sagrar-se vitorioso.

Só para ilustrar a minha assertiva, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, citarei alguns exemplos. Nas eleições de 1998, dos candidatos que concorreram à reeleição para Governador do Estado, 18 foram reeleitos. Nas eleições recentes para prefeitos das capitais, dos 21 candidatos que concorreram à reeleição, 16 foram reeleitos. Finalmente, dos 3 ou 4 mil candidatos que concorreram nos demais Municípios,

mais de 2.200 foram reeleitos. Mas, se estivesse em vigência a obrigatoriedade da desincompatibilização, certamente nem a metade desses teria alcançado aquele resultado.

Por isso, apresentarei a Emenda, embora saiba que terei dificuldade para aprová-la, porque muitos vão defender os interesses daqueles que, hoje exercendo cargos executivos, querem concorrer à reeleição, usando a máquina administrativa, usando o poder econômico para massacrar os candidatos de Oposição.

Ora, se existe o princípio, na nossa Constituição, de que todos são iguais perante a lei, não se justifica um candidato concorrer à reeleição no exercício do cargo, dispondo do instrumental da máquina administrativa, usando o avião do Estado, os veículos do Estado e as verbas do Estado em favor da sua própria candidatura; fazendo propaganda institucional no rádio, na televisão, nos jornais, paga pelo Estado, em uma promoção pessoal inconcebível e injustificável. Candidatos à reeleição têm muito mais condições, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de saírem vitoriosos.

Acabei de dar o exemplo dos prefeitos de capitais que concorreram recentemente: dentre 21, 16 se reelegeram. Em 1998, dos 27 candidatos a Governador, 18 foram reeleitos. O candidato que concorre contra o Governador, o Prefeito ou o Presidente da República, já começa em gritante desvantagem. Portanto, se é para que haja lisura e igualdade de condições, oportunidades equânimes para todos, é preciso que se restabeleça o princípio da desincompatibilização dos cargos executivos para os que queiram concorrer à reeleição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se um Presidente da República, de acordo com as regras atuais, pretende concorrer à reeleição, não há necessidade de renunciar ao cargo. No entanto, se desejar concorrer ao Senado, à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa ou ao Governo de Estado, terá de renunciar ao cargo de Presidente da República seis meses antes do pleito. Da mesma forma, se o Governador de Estado desejar concorrer a outro cargo eletivo, no Senado, na Câmara dos Deputados ou na Assembléia Legislativa, terá que desincompatibilizar-se, no mínimo, seis meses antes da eleição. Assim o fiz em 1986, quando renunciei ao cargo de Governador para concorrer ao Senado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Renunciei também, Senador Nabor Júnior, ao cargo de Governador para ser candidato ao Senado seis meses antes e três meses depois da eleição. Fomos eleitos e

não voltamos para o governo. Portanto, tanto V. Ex^a como eu renunciamos a nove meses de governo.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Durante a Assembléia Nacional Constituinte, de que participei como Senador no início do meu primeiro mandato, a proposta da reeleição não foi acolhida. Alguns constituintes eram-lhe favoráveis, mas ela não foi aprovada.

Quando da revisão da nossa Constituição, em 1993, apresentei proposta para permitir a reeleição para os cargos executivos, obrigando que houvesse a desincompatibilização seis meses antes da realização das eleições. Na época, o então Deputado Nelson Jobim, Relator da Assembléia Revisora, não aceitou essa tese da desincompatibilização, sob o argumento de que se criaria uma descontinuidade administrativa; se o Governador, o Presidente da República ou o Prefeito renunciassem seis meses antes da eleição e fossem reeleitos, poderia ocorrer um perigoso hiato, porque o seu substituto poderia modificar totalmente o rumo da administração, em prejuízo da sociedade. Teses como essa, esposada pelo ex-Deputado Nelson Jobim, contribuíram para que várias emendas não fossem então aprovadas, entre elas a da reeleição com desincompatibilização compulsória.

É importante lembrar, para que os anais registrem e as futuras gerações possam comprovar, que se o então Deputado Nelson Jobim tivesse acolhido a proposta da desincompatibilização, para aqueles que quisessem concorrer à reeleição, talvez a mesma tivesse sido aprovada. Como S. Ex^a não a aceitou, foi recusada por apenas três ou quatro votos.

Estarei retomando aquela bandeira dentro de alguns dias, na certeza de tratar-se de medida oportuna, urgente, que virá moralizar a vida pública, garantindo ao candidato que esteja concorrendo em situação antagônica ao postulante da reeleição as mesmas condições a esse deferidas.

Sr. Presidente, trata-se de uma proposta que pode ser inserida na chamada Reforma Política, junto a outras inovações benéficas, como o financiamento público das campanhas, a que também sou favorável, por ter tido sucesso em alguns países democráticos, como a Alemanha.

Em todas as eleições das quais participamos, deparamo-nos com a influência do poder econômico. Quem financia as eleições municipais, estaduais e federais neste País? São as empresas, os empreiteiros, os banqueiros, que, depois, freqüentemente, buscam reembolsar aqueles investimentos com a execução

de obras e serviços para o Estado. Precisamos mudar isso, conscientes de que a despesa será menor e o processo mais transparente se houver o financiamento público para as campanhas eleitorais e a proibição da doação de contribuições por parte de empresas privadas e até de pessoas físicas.

Dessa forma alcançaremos um nível de desenvolvimento político muito superior ao de outros países, inclusive Estados Unidos, onde o poder econômico é que determina o resultado das eleições.

V. Ex^a, Sr. Presidente, por ser um antigo estudioso da política norte-americana, sabe muito bem disso. E entende as origens e a consistência do impasse que deixa atônitos os cidadãos da grande nação: transcorridos quase dez dias da realização do pleito, não se sabe quem venceu as eleições presidenciais nos Estados Unidos. E o Partido que tem mais dinheiro, que arrecada maiores contribuições das empresas é o que normalmente vence as eleições naquele País.

Propõe o Senador Pedro Simon que o Presidente Fernando Henrique dê prioridade, nesses seus dois últimos anos de governo, à realização de várias reformas, como a política, a tributária e a referente ao Poder Judiciário. E, com isso, efetivamente se credencia a liderar nossos companheiros, porque estamos todos empenhados em aprimorar o sistema político-eleitoral do Brasil, para que ele de fato possa expressar a verdadeira vontade do povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha, por vinte minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, saúdo o Senador Pedro Simon pelo brilhante pronunciamento que nos ofereceu na manhã de hoje, no Senado da República. Abordou S. Ex^a aspectos importantes da vida política nacional, com uma reflexão sobre o papel do Presidente da República, neste momento em que caminhamos para a transição entre o atual Governo e o futuro Presidente da República.

Com muita satisfação vejo que o Senador Pedro Simon tem, de fato, o perfil e os requisitos que o povo brasileiro espera de um Presidente da República. S. Ex^a, ao longo destes 40 anos de vida pública, tem demonstrado um compromisso com a Nação brasileira e com as questões sociais, uma visão social do nosso País, com o povo mais sofrido do nosso imenso Brasil e, sobretudo, um nível de discernimento político inigualável. Portanto, faço votos que S. Ex^a obtenha do

seu Partido o espaço que pleiteia para disputar esse importante cargo de dirigente máximo do nosso País. Que Deus o proteja nessa caminhada e que o conduza ao sucesso.

Sr. Presidente, estamos acompanhando, refletindo, sobretudo aqueles que têm algum relacionamento político, alguma atividade, ou que, mesmo sem exercer qualquer atividade política, goste da política, o debate sobre a reforma política.

Ao tempo em que o Congresso Nacional, os setores do Governo, o Vice-Presidente da República Marco Maciel, os Partidos políticos demonstram um interesse, anteriormente não visto, na questão, alguns fatos importantes estão acontecendo. Como exemplo, a denúncia da **Folha de S. Paulo** de que recursos não foram declarados na prestação de contas do candidato à reeleição, o atual Presidente Fernando Henrique Cardoso; e outro, desde ontem e com muita ênfase, vem ocupando o noticiário da imprensa: a saída de o Governador Garotinho do PDT, Partido de que tenho satisfação de ser Líder nesta Casa.

Sobre a questão da prestação de contas dos candidatos, temo que o Congresso Nacional e os Partidos políticos, de fato, se defrontem com inúmeras barreiras para realizar um levantamento correto, preciso de quem obteve recurso ou apoio não declarado e daqueles que preferiram a exatidão, a correção quando da prestação de contas.

Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, creio que na política deve prevalecer a ética. Todos nós devemos ter como princípio a moralidade pública, a probidade administrativa. Todos temos o dever, a obrigação de respeitar o que a Legislação prevê, Legislação escrita por nós que estamos aqui desempenhando o mandato parlamentar.

Estamos saindo de uma eleição e temo que este assunto possa conduzir a uma abordagem ou alguma avaliação com uma certa dose de hipocrisia quanto à questão de doações para campanhas eleitorais.

Analisando o caso dos candidatos a vereador, observam-se as dificuldades que eles têm, primeiro, para conseguir qualquer tipo de apoio, ínfimo que seja; depois, para ter uma leitura correta da Legislação, um certo assessoramento quanto à legalidade do seu comportamento, o que podem ou não fazer. Para um candidato que ganha dez camisas, dez tíquetes de combustível, R\$50,00, é muito difícil, no final da sua campanha, obter todos os recibos e prestar conta devidamente de cada centavo recebido.

É claro, o episódio que envolve o PSDB e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, é

de extrema gravidade, pois se trata de um candidato vitorioso, pela não declaração dos recursos denunciada pela **Folha de S. Paulo**.

Devemos buscar que razões levaram a isso. Por trás disso tudo, pode haver o que se chama de "ajuda a outros candidatos", que certamente também não declararam, porque, se o PSDB arrecadou, não declarou o valor total e repassou para algum candidato em outro Estado, esse candidato também não fez a declaração devida, completa, correta, dos recursos que utilizou na campanha. Por outro lado – não sei se esse é o caso -, é muito comum se ouvir falar em desvio de recursos de campanha com outros objetivos; mas não quero aqui levantar qualquer suspeição sobre quem administrou o caixa da campanha do Presidente da República.

No caso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não haveria razão para deixar de declarar, porque nenhum empresário se sentiria pressionado, ou sujeito a determinadas sanções, ou punições se declarasse que doou qualquer recurso ao candidato à reeleição. Não há motivo. Ou foi desorganização, ou foi intencional, se é que houve o excesso de arrecadação não declarado. Ou então foi outro o objetivo, esse que o PSDB, setores do PSDB, comentaristas, analistas políticos tentam explicar como sendo transferência para outras candidaturas em outros Estados brasileiros.

Ninguém consegue fazer campanha política sem um mínimo recurso. Não para comprar voto, mas para divulgar. Há uma diferença muito grande entre aqueles que tentam cooptar eleitores, lideranças por meio de dinheiro ou outras benesses, e aqueles que precisam divulgar, patrocinar, pagar programas. Na televisão, a veiculação é gratuita, mas há um custo enorme na produção do material visual, da estrutura. Quem participa de campanha eleitoral sabe disso muito bem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Oposição também precisa de recursos. Imaginem uma oposição num estado ou num país governado com uma certa dose de autoritarismo. É muito comum termos empresários desejosos de fazer sua doação; mas se declararem alguma doação para um partido de oposição, correm o risco de serem punidos, pressionados, de verem seus interesses prejudicados e até de serem perseguidos pelo administrador, sobretudo em caso de reeleição.

Passei por várias eleições na condição de oposição no meu Estado. Não digo que no nosso caso tenha havido esse tipo de pressão, mas confesso que é

muito difícil. Esta é uma das dificuldades que a Oposição tem para receber recursos: o empresário teme a perseguição política, a discriminação, em função da ajuda à Oposição. Por isso, muitas vezes a Oposição, para obter algum tipo de ajuda, se submete a essa atitude, que não é legal, e depois não tem como declarar, embora tenha todo interesse, vontade. Se dependesse apenas dos políticos, daqueles que atuam tendo como base a ética, a moralidade, confesso que muitos declarariam centavo por centavo.

Esse é o caso de um vereador eleito no meu Município. Ele fez de tudo para declarar cada centavo recebido como doação na campanha. Infelizmente, essa não é a regra geral, mas, a exceção. Outros acabam se acomodando e fazem uma declaração mais simplória, sem mencionar todos os recursos recebidos.

O Congresso está caminhando sobre um campo minado. Se surgir uma CPI que aprofunde de fato as investigações e tenha acesso a toda a documentação de campanha, descubra planilhas secretas de todos os candidatos, veremos, infelizmente, que tanto os políticos da base governista como os de Oposição receberam algum tipo de ajuda que não houve, algumas vezes, interesse, outras, condições de declará-las.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Ouço, com satisfação, o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vou fazer um esforço para não imitar o Senador Lauro Campos, porque não tenho a competência de S. Ex^a. Gostaria de dizer a V. Ex^a que fico muito emocionado com a menção que fez a meu respeito e que recebo com muita alegria a sua manifestação. É importante termos divergências no campo partidário e, ao mesmo tempo, podermos nos respeitar no campo das idéias. Infeliz daquele que, fora do campo fechado das divergências partidárias, não pode fazer o que V. Ex^a e o Senador Lauro Campos fizeram e o que gosto de fazer, que é elogiar os meus adversários. V. Ex^a passou por cima, e acho que fez bem, dizendo que um dos assuntos importantes é a questão do Garotinho...

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Mas vou comentar daqui a pouco, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vai?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Vou tratar desse assunto daqui a pouco.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Achei que V. Ex^a ia deixar passar para ver como fica, porque, na

verdade, é um assunto muito interessante e que está causando uma situação que não sei como vai terminar. É talvez a questão mais importante do momento. Mas quero me referir ao assunto que está sendo tratado por V. Ex^a. Vamos ser sinceros, eu assinaria o pedido de CPI, mas sinto que ninguém quer CPI. No fundo, nem as pessoas acreditam nela, tanto que esse é um argumento até interessante. Lideranças de Oposição dizem que não vão iniciar a coleta da assinatura porque não vai dar certo, mas já iniciamos tantas coletas de assinatura que não deu certo que mais uma não seria nada de mais. Eu mesmo, na CPI dos Corruptores, iniciei meia dúzia de vezes coleta de assinaturas que não deu certo, na qual não se conseguiu o número necessário. Na verdade, V. Ex^a foi muito correto ao dizer que, quer no campo governamental quer no de Oposição, vamos encontrar, em maior ou menor dosagem, questões de interrogações. Vejo que, como V. Ex^a diz, não tem solução. Nos Estados Unidos, de repente, a primeira-dama, candidata ao Senado, recebe uma importância de não sei quanto, e o adversário do Partido Republicano começa a dizer que ela é a favor dos terroristas palestinos, não sei o quê; os israelitas, que são os donos do dinheiro em Nova York, começam a dar dinheiro para o outro lado, dizendo que ela é inimiga. Ela descobre que recebeu de um grupo palestino realmente ligado ao terrorismo e devolveu aquele dinheiro. Não dá para entender. Agora, os Estados Unidos são os Estados Unidos. Mas, no Brasil, a grande saída é aproveitarmos esse escândalo e irmos para a campanha com verba pública. Sei que vamos ter um desgaste, eu estou tendo. O que recebo pela internet dizendo que somos uns vigaristas, que não trabalhamos, que não fazemos nada e que não merecemos coisa nenhuma. E agora estão dizendo que queremos pegar o dinheiro deles para fazer campanha! Tem muita gente que leva uma paulada dessa e se entrega. Eu tenho levado essas pauladas, porque sou o autor do projeto, mas não me entrego. Tenho mostrado que a corrupção no Brasil começa na campanha eleitoral. Foi assim no Collor – e isso porque pegamos o Collor –, mas se pegássemos outro candidato seria a mesma coisa. Começa uma campanha eleitoral: o coitado do candidato a prefeito está tentando se virar, ele não tem dinheiro e, daqui a pouco, alguém lhe oferece isso e aquilo; daqui a pouco não sei o quê e quando ele vai ver, já está envolvido. E ninguém dá dinheiro de graça; todo mundo empresta dinheiro para ter uma resposta depois. Então, penso que devemos adotar o modelo alemão, copiarmos seu modelo agora, definindo que campanha política só com o dinheiro público, mas uma cam-

panha curta, uma campanha curta. Senador, 80% do que os partidos gastam na campanha eleitoral é com o programa de televisão. Um programa de televisão do MDB, do PSDB, do PFL sai mais caro do que um programa de novelas da Globo. E eles explicam que o programa de novelas da Globo, que é caríssimo, tem uma seqüência: é a mesma roupa, é o mesmo cenário. Então, há uma continuidade. O candidato, no programa de televisão, um dia está aqui, outro dia está no Rio e há uma série de gastos a mais. Assim, 80% do que se gasta na campanha política é no programa de televisão. Penso que o programa de televisão tem que ser ao vivo, ao vivo, porque os 80% desses programas de televisão são montados para esconder a figura do candidato. É quando o Pitta aparece de estadista. É para esconder. Você vê o programa, que é uma maravilha, que é um espetáculo, que é formidável, que é uma peça espetacular, com música bonita, tudo bonito, mas é para esconder o candidato ou pelo menos esconder as idéias do candidato. Aí ele diz que o programa de televisão ao vivo fica muito monótono, muito chato. Mas o programa não é para ganhar audiência. Não estamos aqui para disputar beleza de programa com a Globo; na verdade, estamos aqui para o candidato apresentar suas idéias. Então, penso um programa de televisão ao vivo, com dinheiro público na campanha e limitação do tempo da campanha. Entendo com toda a sinceridade – não sei qual a opinião de V. Ex^a, mas vejo com simpatia – que se conseguirmos fazer a lista partidária, ela terminará com a guerra entre os do mesmo partido. Hoje, há uma guerra mortal no partido, e se tivermos a lista com os nomes dos componentes do partido, vamos começar a valorizar o partido. Será o início de valorização: vote no 15, vote no 13, vote no 12. E ali está a lista, o eleitor vai lá olhar para ver os nomes. O partido vai selecionar as pessoas de acordo com os nomes que ele escolher. Ele vai ter a resposta. Teremos uma reforma, uma mudança profunda, e, com ela, desaparecem as corrupções que estão aí, ao natural. Caso contrário, não tem saída, não tem solução. Só para completar: a última eleição foi a pior de todas. Da última eleição, tiraram qualquer limite. Antes, pelo menos de mentirinha, a lei estabelecia que o Presidente podia gastar até tanto, que o Senador até tanto, e o Governador até tanto. Nessa última, o céu foi o limite: cada um gastava o que bem entendia. E deu no que deu!

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AC)

– Senador Pedro Simon, há uma grande convergência entre as idéias de V. Ex^a e aquilo que defendo.

Também, se houver um requerimento de CPI, estou disposto a assiná-lo, mas certamente não serei eu a atirar a primeira pedra. Entendo que é muito difícil qualquer um aqui se apresentar e dizer que vai atirar a primeira pedra. Se surgir a CPI, vamos assinar, vamos participar, mas com esse alerta de que ela vai alcançar muitos políticos, tanto da Situação quanto da Oposição.

Senador Pedro Simon, concordo plenamente com o que V. Ex^a disse a respeito da redução de custos. V. Ex^a está propondo, em outras palavras, a redução do custo e do tempo da campanha, não só de televisão, mas de toda a campanha.

É incrível como a campanha se decide nos últimos dez, quinze dias. Em algumas oportunidades, o candidato já vem consolidado, com uma vantagem já bem assegurada, mas, em muitos outros casos, como vimos neste segundo turno, há alternância de posições. Portanto, a eleição se define mesmo é nos últimos quinze dias. Isso aprendemos com a prática política.

Parece que existe um projeto do Senador Jorge Bornhausen, com o qual simpatizo muito, que reduz a campanha para sessenta dias e a de televisão para trinta dias no máximo! Acredito que é suficiente. Isso fará com que haja uma redução nos custos da campanha.

Há uma outra questão que estou analisando. Não sei se já há projeto tramitando nesse sentido, senão vou apresentar um projeto para proibir, Senador Pedro Simon, a boca-de-urna, proibir a identificação do eleitor. O que os partidos gastam com exibição, com visual no dia da eleição é algo incrível! Quem está no poder, quem governa os Estados ou os Municípios gasta um valor incrível com camisas, bandeiras, uma série de elementos de divulgação, de publicidade no dia da eleição. Entendo que deveríamos proibir também a identificação do eleitor, o uso de bandeiras, de camisas, de qualquer material de propaganda no dia da eleição, como era antes. Quando fui candidato a Senador, em 1994, parece-me que isso não era permitido. Não sei se em 1994 ou 1992, na eleição anterior; não me lembro bem a partir de quando se estabeleceu a possibilidade de o eleitor comparecer à urna identificado. Mas exageraram. Por exemplo, quem está no poder compra 100 mil camisas – estou falando de um Estado do tamanho do Amapá, que tem 220 mil eleitores -, 200 mil bandeiras; quer dizer, com isso dá um banho. Quem está fora do poder, coitado, compra lá sua 5 mil camisas. O candidato Papaleo Perez, em meu Estado, não tinha

uma camisa, um boca-de-urna no dia da eleição, e o candidato governista amarelou a cidade. O candidato governista disse, abertamente, em um debate, que iria amarelar a cidade no dia da eleição. E foi o que ocorreu. Usou bandeiras, camisas e outros elementos visuais no dia da eleição. Então, penso que é fundamental a redução do tempo de campanha, a redução do tempo de programa de televisão, a proibição do visual na boca-de-urna, e sou favorável ao financiamento público de campanhas.

Aliás, quero adiantar aqui, Senador Pedro Simon: sou simpático, defendo e quero a reforma política, mas se não incluírem o financiamento público de campanhas, não voto mais em nenhum projeto no Senado Federal, sobretudo os que retornarem da Câmara dos Deputados com mudanças. Não voto e não apoio essas cláusulas de barreira que vão dizimar os pequenos partidos e deixar de fora o financiamento público. Essa é uma reforma meia-sola. Só interessa aos grandes partidos. Com ela, continuará todo esse esquema de doação por fora. Contudo, não acredito que essa medida vá purificar o sistema de contribuição, Senador Pedro Simon. Sou favorável ao financiamento público porque entendo que possibilitará ao trabalhador comum, as pessoas da base popular serem candidatas com alguma chance de disputar com os que possuem maiores recursos. Mas os aproveitadores vão continuar utilizando recursos sem apresentar a prestação de contas, o que, infelizmente, o financiamento público, da forma como foi concebido, não corrige, embora minimize a situação e garanta uma oportunidade de equilíbrio entre o campo popular e aqueles que representam o setor econômico dentro dos Parlamentos e da Administração Pública.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite outro aparte?

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Quero avisar a V. Ex^a que o seu tempo já se esgotou há alguns minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Pois não, Senador Lauro Campos. Solicito a compreensão de V. Ex^a porque gostaria de abordar rapidamente a questão da saída do Governador Garotinho, e, logo em seguida, concluirei.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – V. Ex^a tem o tempo necessário.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a está sendo muito feliz na sua argumentação. Seria ingenuidade nossa afirmar que se fizemos a campanha

com dinheiro público a corrupção desaparecerá. De saída, não desaparece; poderá vir a desaparecer. Na Alemanha desapareceu.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Mas houve o episódio do Helmut Khol.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas na Alemanha desapareceu. E o fato: o Primeiro-Ministro – deus da Alemanha, na minha opinião, o estadista deste século –, para se manter no ministério, arrumou dinheiro de empreiteiras, de empresas para 10 ou 15 deputados. Foi descoberto. Hoje é uma figura execrada, um deputado que anda pelos cantos. Perdeu o cargo de Primeiro-Ministro e a presidência do partido; quer dizer, caiu na vala comum. É uma demonstração de que lá o sistema funciona. É claro que no Brasil não ocorrerá de saída, e ainda há muitos pontos de difícil solução. Por exemplo, há um que, acredito, não tem solução: o cidadão rico me fornece dinheiro, me estende a mão, e eu aceito. Vou a um deputado ou a um prefeito e ofereço dinheiro pelo seu apoio. Como provar isso? Ganhei dinheiro vivo e dei dinheiro vivo, e aquele cidadão que é o dono da cidade, o dono do eleitorado, manda me aprovar. Como é que vou mudar isso? Mas há situações claríssimas, que se relacionam ao que V. Ex^a acabou de citar. Se houvesse apenas gasto público em campanha, o candidato a prefeito não poderia amarelar a cidade. Como ele faria isso, se se sabe quanto ele poderia gastar? De onde viria o dinheiro dele? Nesse momento, aparece o escândalo. Hoje há situações tão escandalosas que apenas em **outdoor** e em propagandas alguns candidatos gastam mais que o valor fixado para sua verba de campanha, e isso pode ser provado. O candidato contratou uma fábrica de latas e comprou os quatro lados das latas, e cada um deles se tornou um mini **outdoor** colado em um poste. Em todas as ruas, todos os postes, em todos os cantos do município, havia aquilo. Fizeram-se as contas: com aquelas latas, pintadas, coladas e penduradas gastou-se dez vezes mais do que o total que ele tinha para gastar na campanha. Hoje isso já poderia ser apurado, mas a Justiça de lá não faz. No caso de V. Ex^a: o candidato amarelou a cidade. Não poderia amarelar, porque ele deve ter gasto nas camisas algumas vezes mais do que o outro candidato. Se, para a campanha, houvesse a determinação de uma verba fixa, por exemplo, de 100 mil para cada candidato, como explicar que o de lá não tem dinheiro para comprar 10 camisas e o daqui tem para comprar 100 mil camisas? Então, algumas coisas serão evidenciadas,

mas dizer que se vai apurar, limpar, purificar tudo, concordo com V. Ex^a que não.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Estou de pleno acordo com V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Entendo que essa questão contribui muito. Por isso, só voto na reforma política, daqui para frente, se passar também o financiamento público de campanha. Caso contrário, não apóio.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) –

Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Ouço o Senador Antero Paes de Barros, rapidamente, pois o Presidente Lauro Campos já me advertiu sobre o final do meu tempo.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) –

Certo. Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a traz à tribuna um tema da maior relevância. Considero que o coração e o pulmão da reforma política são o financiamento público de campanha, e que, nessa questão, o Congresso tem mecanismos sim, se não para impedir a corrupção, pelo menos para punir exemplarmente aqueles que a praticarem. Entendo que devemos nos definir pelo financiamento público de campanha e, mais do que isso, por inabilitar os nomes e as empresas, o CGC e o RG de empresas e de proprietários flagrados contribuindo com campanha eleitoral. Se, por exemplo, colocarmos na lei que essas pessoas ficarão definitivamente inabilitadas para participar de concorrências públicas, estaremos dando um passo importante para assegurar o financiamento público de campanhas.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Indago se V. Ex^a está com alguma proposta nesse sentido na CCJC, onde a matéria está em debate?

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) –

Já pedi à minha assessoria para apresentar uma emenda nesse sentido.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Acho muito interessante.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) –

Com essa limitação, entendo que as pessoas vão pensar bastante antes de colaborar. Apesar disso, não podemos assegurar que não vá haver alguém que se arrisque a apoiar esse ou aquele candidato. Outra questão que considero fundamental: o financiamento de campanhas já é público. As empresas apostam para ter, posteriormente, a contrapartida.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Com certeza.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Já é dessa forma para alguns. Mas o financiamento público de campanhas vai possibilitar a que a representação parlamentar acolha os melhores quadros da sociedade, não apenas aqueles que têm as melhores relações empresariais, mas também aqueles que fazem política junto aos operários, aos sindicatos. Vai fortalecer os partidos. A lista fortalece o partido, que vai deixar de ser um cartório de registro de candidaturas.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Quero aproveitar o aparte de V. Ex^a para dizer, a respeito de uma indagação feita pelo Senador Pedro Simon, que também apóio a lista fechada e a lista aberta, a mista, que fortalece o partido. Também apóio o tempo maior de filiação partidária, que seria a fidelidade indireta, que se está discutindo aí, entre três e quatro anos. Apóio todas essas medidas, mas não concordo que fique fora o financiamento público de campanha.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Concordo com V. Ex^a. A tese que V. Ex^a levanta, eu a levantei na primeira reunião da Bancada do PSDB. Disse ao Senador Sérgio Machado – e o PSDB até deu essa declaração há cerca de um ano e meio, quando aqui chegamos – que devíamos apoiar a reforma política, sim, desde que o primeiro ponto a ser aprovado fosse o financiamento público de campanhas. Essa é a essência. Se isso não for aprovado... Não vamos inverter, não vamos apoiar o acessório para, depois, tratar da essência. Só não quer o financiamento público de campanha quem tem relações suficientes para compor a sua campanha baseada em relações empresarias, que não são saudáveis. Por isso, digo a V. Ex^a que não apóio CPI para investigar contas de campanha, porque, rigorosamente, ali não existe sinceridade em nada. A legislação estimula a farsa, e a culpa não é de ninguém de fora, mas do Congresso Nacional. A legislação que fazemos estimula as contabilidades de campanha não reais, nem quem gastou a mais nem quem gastou a menos é sincero. Parece que é mais honesto quem declara que numa campanha para Presidente da República gastou quinhentos mil, mas quinhentos mil não é nem o custo de um programa de televisão, como disse aqui o Senador Simon. E apenas para contribuir com o pensamento do Senador Pedro Simon, quero dizer que para baratear o custo da campanha não basta reduzir o prazo de uso da televisão – 60 ou 30 dias. Para um programa bem produzido e bem-feito, o custo é rigorosamente

igual. O que vai alterar aí é exatamente a possibilidade de, podendo ser um programa gravado, ser o candidato e a câmara. O candidato poderá mostrar documentos sim.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Já houve em outras eleições a proibição de cenas externas. Depois elas foram admitidas novamente. O problema é que o Congresso fica nesse vaivém.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Houve proibição de cenas externas, mas houve permissão para montar cenas em estúdio. Então, houve comerciais belíssimos, montados em estúdio. Não, se eliminou a proibição quando o Congresso fez assim. O Congresso precisa estabelecer rigorosamente que o candidato só use o microfone; seria o candidato, o microfone e a câmara. O candidato poderá também exibir documentos. Os comerciais – o candidato e a realidade – não podem ser montados no estúdio, porque nos estúdios se fazem também grandes produções de televisão, como aliás foi feito naquela campanha, o que desequilibrava mais ainda: foi favorecido quem tinha a possibilidade de contratar a melhor agência de propaganda. Quero cumprir V. Ex^a. A melhor maneira de contribuir com esse assunto, na minha avaliação, não é instaurar CPI; é mostrar aqui, com urgência, a necessidade de aprovarmos o financiamento público de campanha e a reforma política para que os partidos possam realmente ser partidos e não apenas cartórios para registrar candidaturas.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Obrigado pelo aparte, Senador Antero Paes de Barros.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo algumas observações a respeito dos fatos que levaram o Governador Garotinho a se desfiliar do PDT, ontem, junto com grande número de militantes e de filiados. Quero dizer que esse fato entristece, angustia todos nós do PDT. Isso não significa que eu entenda que o Governador Garotinho estava correto e o Presidente do Partido, Leonel Brizola, estava errado; acredito que houve equívocos de ambos os personagens na condução desse processo. Entendo que ao Garotinho faltou serenidade e astúcia para compreender que ele seria o sucessor natural do Brizola nesse processo potencial de poder do PDT e que bastava não se submeter a Brizola, mas buscar com muito esforço, com muita força de vontade um entendimento intrapartidário, o que o conduziria, sem dúvida nenhuma, a sucessor natural do Brizola dentro

desse partido que é grandioso, do qual inclusive o Senador Antero Paes de Barros fez parte. É um partido que tem uma boa aceitação da população, tem um bom conceito, um grande prestígio na sociedade brasileira hoje. Houve esse equívoco do Governador Garotinho. Lamentavelmente, de forma açodada, não sei se influenciado por pessoas muito próximas de si, ele tentou de certa forma abreviar o processo de lançamento de candidatura presidencial. Isso esgotou a sua relação pessoal com o ex-Governador Leonel Brizola, Presidente do Partido. Assim, o Governador Garotinho deixou o PDT. Mesmo enfraquecido do ponto de vista eleitoral saiu com um grande número de filiados – cinco dos oito Deputados federais da Bancada do Rio de Janeiro; quinze dos dezessete Deputados estaduais do Rio de Janeiro; doze dos quatorze Secretários e seis a onze mil filiados, porque as avaliações divergem. Certamente isso mostra que o Governador Garotinho, talvez, por estar no poder, congrega ainda grande força política, diferentemente do que aconteceu na saída do Marcello Alencar e do próprio César Maia, tempos atrás. Naquela ocasião, embora o PDT tenha perdido Deputados estaduais, a Bancada federal permaneceu praticamente coesa e firme. O que me preocupa, neste momento, é o futuro do PDT e o nosso futuro, porque não somos candidatos a suicida; nenhum político é candidato a suicida. Lamentavelmente, o PDT caminha para essa situação de desagregação e provável fusão.

Entendo que ao Governador Leonel Brizola faltou muita paciência. Pela sua experiência, do alto da sua vida pública – homem que prezo muito, que estimo, que considero um dos grandes líderes do nosso País – ele deveria ter sido mais paciente. É a história que vai dizer se foi Brizola ou Garotinho que errou ou acertou; não será o Senador Sebastião Rocha que vai julgá-los neste momento. Entendo que faltou aos dois certa dose de paciência, de serenidade na condução desse processo.

E o PDT fica sem nenhuma perspectiva de poder para o futuro próximo e até a médio prazo. Dificilmente, construirá nesse processo uma nova liderança interna dos seus próprios quadros com possibilidade concreta de disputar a Presidência da República. Temos grandes nomes no partido – faço referência ao deputado Miro Teixeira, por exemplo, –, mas perdemos outros grandes nomes, como o Deputado Luiz Salomão que saiu, como aliado do Governador Garotinho.

Nós, no Senado, estamos atuando conjuntamente, debatendo nosso futuro. Eu, o Senador Jefferson Péres e a Senadora Emilia Fernandes estamos muito preocupados, de certa forma, angustiados com o futuro do PDT. Qual será o caminho? O que será esse novo PTB? Será que vai manter a tradição do PDT ou será mais um Partido, também, sem muita convicção programática ou ideológica. Então, precisamos saber disso. Essa angústia nos deixa realmente inseguros e sem uma definição sobre o nosso futuro no Senado e nos Estados, porque essa fusão passa também por uma composição nos Estados.

A reforma política obrigará os pequenos partidos a buscarem uma solução dessa natureza, não só o PDT, não só o PTB, mas também o PSB, o PL, o próprio PPS. Eu não acredito nesse novo Partido PTB com PDT se a ele não se filiar um nome – já estou concluindo Senador Lauro Campos – com perspectiva. Infelizmente é a cultura política do nosso País, ou se constrói um partido e se consolida um nome que possa vir a ser timoneiro de um projeto político, ou infelizmente ele estará fadado a ficar como coadjuvante o tempo todo, colocando em risco permanentemente suas lideranças.

E a esse novo Partido, se não se filiar – estou falando de forma muito pragmática – o Governador de Minas Gerais Itamar Franco, ou se não houver uma fusão com o PPS, do ex-Governador Ciro Gomes, dificilmente ele terá sucesso, o que fará com que haja um esvaziamento natural, um definhamento lamentável do PDT conseguiu construir, com méritos do Governador Leonel Brizola, o qual, em que pese aos erros e acertos, sempre conduziu o PDT nessa linha de coerência programática, de coerência ideológica. S. Ex^a, contudo, lamentavelmente, tem cometido equívocos de natureza política e administrativa na direção do Partido, o que tem gerado essa situação de crise.

O PDT talvez viva hoje, em nível nacional, a sua maior crise. Não o Senador Sebastião Rocha, que entrou há seis anos para os quadros do Partido – eu, originalmente, era filiado ao PSDB, legenda que me elegeu Deputado Estadual, sendo que, depois, elegi-me Senador pelo PDT –, mas inúmeros filiados históricos, tanto do Rio Grande do Sul quanto do Rio de Janeiro, estão deixando o Partido nessa situação de crise.

Portanto, ficam aqui a minha observação, a minha avaliação, lamentando o episódio, sem, contudo, ser capaz de condenar o Presidente do Partido,

Leonel Brizola, por esse episódio. A meu ver, houve falhas dos dois. Veremos o que o destino preparou para esse grupo político, que é o cerne do PDT em nível nacional, e que hoje se fortalece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra por vinte minutos ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna hoje para fazer alguns registros da maior importância para o meu Estado, Mato Grosso. O primeiro é o de que o nosso Partido, o PSDB, realizou ontem um encontro para avaliar as eleições do ano 2000, demonstrando claramente que a preocupação de todos os seus filiados é de que o PSDB de Mato Grosso mantenha a sua unidade com relação às eleições de 2002. Dos 139 municípios, o PSDB elegeu diretamente os prefeitos de 55 deles, inclusive o da capital, Roberto França, que foi reeleito; isso sem contar os 29 prefeitos aliados em função de o Governador do Estado de Mato Grosso ser do PSDB. Tivemos, assim, 1 milhão e 70 mil votos válidos, computados os que ganhamos com os prefeitos do PSDB e os que ganhamos com o PSDB participando, quer na condição de vice, quer apoiando. Esses municípios somam um total de 1 milhão e 70 mil votos. É um resultado realmente muito expressivo o conquistado pelo PSDB de Mato Grosso.

Feito o registro do nosso encontro de ontem, gostaria aqui de levantar duas preocupações. Estamos enfrentando na Comissão do Orçamento o debate sobre a questão do salário mínimo, e, mais uma vez, a Região do Centro-Oeste brasileiro precisará enfrentar uma questão que, desde 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, vem sendo desrespeitada pelo Executivo brasileiro e pelo Parlamento do Brasil. Refiro-me ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece que a Região Centro-Oeste terá direito, durante quinze anos, a 20% das verbas da União destinadas a irrigação. De 1988 até hoje, em nenhum ano, o referido artigo constitucional foi cumprido. No ano de 1999, esse desrespeito foi agravado, porque, como resultado da nossa luta, o Congresso Nacional aprovou uma LDO que contemplava essa obrigatoriedade de destinar 20% das verbas de irrigação para o Centro-Oeste brasileiro. Lamentavelmente, nem a Constituição, nem a LDO foram cum-

pridas, e a execução orçamentária é infinitamente prejudicial, apresentando índices que são inferiores aos 20% aprovados no Orçamento.

Este ano, compondo a Comissão de Orçamento, esperamos que esta Casa, que aprovou um projeto do Senador Mauro Miranda (PMDB – GO) ampliando por mais 10 anos essa vigência, faça com que esse artigo não resulte em letra morta na Constituição. Ou isto se faz, ou teremos que mudar a Constituição! O que não se pode admitir é que uma norma constitucional seja desrespeitada pela Comissão de Orçamento, pelo Ministro do Planejamento, pelo Presidente da República, pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo brasileiro.

Na Comissão de Orçamento deste ano, mais uma vez, queremos levantar essa bandeira. Ano passado, já tendo levantado a questão, o Relator-Geral da Comissão de Orçamento prometeu que, no seu relatório final, iria apresentar os 20% para a Região Centro-Oeste – isso não se fez. Então, na discussão do Orçamento para este ano, iremos lutar para que se garanta o direito constitucional de a região Centro-Oeste receber os 20% das verbas federais de irrigação. O Mato Grosso não pode ser prejudicado em relação a isso – nem o Estado, nem seus Municípios, nem sua população. Em Mato Grosso, vale dizer, temos levado a efeito projetos pioneiros no Brasil com relação a irrigação, principalmente aqueles a serem desenvolvidos em áreas de assentados da reforma agrária.

Outra informação importante para o nosso Estado é a de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, provavelmente neste mês, fará uma reunião aqui em Brasília para anunciar oficialmente o atendimento, pelo BNDES, a uma reivindicação da empresa FerroNorte no sentido de dar continuidade às obras da estrada de ferro, que já está em Mato Grosso, dirigindo-se ao Município de Rondonópolis. A viabilização do crédito ofertado pelo BNDES será fundamental para assegurar um importante instrumento de desenvolvimento daquela região, qual seja, a instalação dos trilhos da FerroNorte em Rondonópolis, no ano de 2002.

Para encerrar, gostaria de também informar ao Senado e, conseqüentemente, à população de Mato Grosso que defendemos, junto às bancadas do Centro-Oeste, a tese de que, nas emendas regionais, o nosso Estado seja contemplado com duas rodovias de fundamental importância para o nosso desenvolvimento. Uma delas, a BR-158, que será alimentadora da Hidrovia Araguaia-Tocantins. /

BR-158 promoverá transformações numa das regiões mais pobres do Estado do Mato Grosso, não por não ter terras férteis, mas por não ter ligações rodoviárias de modo a fazer com que, em ali se produzindo, possa-se evidentemente escoar a produção. A BR-158 se constituirá realmente na rodovia que fará a ligação daquela região com a Hidrovia Araguaia-Tocantins e também com o resto do Brasil, melhorando enormemente o escoamento da produção daquela área do Estado do Mato Grosso, com efeitos favoráveis ao Estado do Tocantins.

A outra rodovia a que me refiro é a BR-364, que atenderá uma das regiões mais produtivas do Estado – Diamantino, Campo Novo dos Parecis; enfim, o Meio-Norte e o Norte do Estado de Mato Grosso – e que também ajudará a fazer com que os nossos produtos cheguem, de forma mais barata, ao mercado internacional.

Mas quero aqui trazer uma preocupação. A BR-163 – que é fundamental para o Brasil e que nas duas eleições presidenciais o Presidente Fernando Henrique colocou como prioridade do seu governo – está indicada como constando de irregularidades graves por parte do Tribunal de Contas da União, portanto sem poder receber aporte do orçamento da União. Considero, entretanto, que o Governo Federal, a exemplo do que fez com as obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, precisa encontrar alternativas porque a população não pode ser prejudicada, o Estado não pode ser prejudicado, o desenvolvimento não pode ser ignorado. A continuidade da BR-163 atende os Estados do Mato Grosso e do Pará; mais que isso, atende ao Brasil, é uma artéria importante para levar toda a produção de Mato Grosso no eixo Cuiabá por todo o nortão do Estado, por todo o Pará até o porto de Santarém. É fundamental a continuidade dessa rodovia. Se existem irregularidades, existem também alternativas, cancela-se o contrato, faz-se nova licitação, privatiza-se a BR. O que não pode é deixar de fazer os investimentos para que a BR-163 possa contribuir com o desenvolvimento nacional. Essa é uma das obras que marca o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e precisa ser concluída até o final do governo.

Vou estar na próxima terça-feira com o Ministro Pimenta da Veiga. Já estive com os prefeitos da Região Norte do Estado de Mato Grosso, recebi um apelo da unanimidade da Assembléia Legislativa do Estado, vamos fazer um grande mutirão com os prefeitos, com os deputados estaduais para que o Mi-

nistro Pimenta da Veiga faça, agora na época das chuvas, uma viagem de carro pela BR-163 para que S. Ex^a possa verificar a importância da rodovia para o escoamento da produção da região; para que S. Ex^a possa ser um elo na transmissão dessas informações ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Também entendemos ser fundamental a presença do Ministro Eliseu Padilha nessa caravana. S. Ex^a será mais uma voz de convencimento dentro do Governo Federal para que aquela seja concluída no meu Estado de Mato Grosso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Lauro Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sebastião Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – O Sr. Senador Ademir Andrade enviou discurso à mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero chamar a atenção de V. Ex^{as} para um assunto de grande interesse nacional e que necessita de urgente solução. Refiro-me a um setor importante da economia nacional, o setor pesqueiro, que vem enfrentando dias difíceis, especialmente por falta de uma ação concatenada do Estado, que se traduza numa política nacional de pesca e aquicultura coerente e abrangente, capaz de impulsionar de maneira efetiva o desenvolvimento dessa atividade no País.

A própria situação desse assunto na estrutura da Administração Pública Federal, incumbido a um departamento do Ministério da Agricultura, o Departamento de Pesca e Aquicultura, já revela descaso e impede que ele ganhe o relevo necessário na agenda governamental.

Considerando dados de 1998, a situação do setor pesqueiro encontra-se bastante crítica. Por mais de 5 anos a produção esteve estagnada em torno de 700 mil toneladas/ano. O déficit da balança comercial de pescado foi no ano de 98, algo em torno de US\$400 milhões, com importações de US\$520 milhões.

O Ministério da Agricultura tem anunciado um plano, prometendo um incremento do setor, dizendo que até 2003 a produção saltará dos pouco mais de 700 mil toneladas, para 1 milhão e 250 mil toneladas/ano, o que representaria cerca de 70% de au-

mento. Promete ainda, uma inversão na balança comercial, passando do atual déficit para um superávit de US\$400 milhões.

Gostaria de acreditar nisso. Mas a realidade ainda está muito distante. Para que isso venha a ocorrer em curto prazo, como promete o Governo, precisariam investimentos maciçamente na aquicultura e na pesca oceânica. Nossa frota está sucateada. Necessitaríamos de grande aporte de recursos e linhas de créditos específicas, seja através do BNDES ou qualquer outro agente financeiro que dê condições de médio e longo prazo de financiamento para que pudesse promover a renovação da frota, entre outros investimentos.

A necessidade de investimentos não pára por aí. Para conciliar produção com equilíbrio ecológico é preciso investir em conhecimento. É inconcebível que o País não tenha ainda um inventário completo de riqueza tão importante como o pescado disponível dentro da Zona Econômica Exclusiva.

Apenas para exemplificar os problemas por que passa o setor pesqueiro, no Pará, terceiro produtor nacional de pescado, 15 grandes empresas desse setor quebraram, nos últimos anos, em razão da falta de mercado interno e de incentivos, de problemas cambiais, que interferem nas operações de comércio internacional, e do sucateamento da frota pesqueira.

É um absurdo que um país que detém 12% da água doce do planeta, 3,6 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva e 8.400 km de costa, além de clima extremamente favorável à aquicultura, seja apenas o 25º produtor mundial de um alimento que é a terceira fonte mais importante de proteína animal, atrás das carnes suína e bovina. O Brasil contribui com menos de 1% – cerca de 700 mil toneladas/ano – para a produção mundial, que já ultrapassou 120 milhões de toneladas.

O que se tem feito é muito pouco. É preciso uma ação enérgica e coordenada do Estado para que possamos ocupar o espaço que é inaceitável que não ocupemos no cenário mundial de produção de pescado. Sem uma ação efetiva do Governo Federal, que conte com a imprescindível e decidida colaboração do Congresso Nacional, não se conseguirá fortalecer a indústria nacional de pescado, de maneira a transformá-la em um setor pujante, exportador, à altura da importância econômica do Brasil. E se não o fizermos de maneira urgente, perderemos os empregos e as divisas que esse setor pode gerar

em quantidade, pela falta de exploração adequada de uma das nossas mais cobiçadas riquezas naturais.

Apenas para oferecer-lhes um dado a mais sobre a importância da produção de pescado, estimativas da FAO prevêem que existirá um déficit na oferta mundial desse produto de cerca de 20 milhões de toneladas em 2010, mantidos o padrão de consumo e os percentuais de crescimento populacional de 1996.

Não é por outra razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que desejo deixar registrado o meu apelo no sentido de que o Governo Federal cumpra com urgência o papel que lhe cabe nessa questão, compreendendo a importância e o potencial desse setor da economia nacional.

Esperamos providências que incluam uma hierarquização da questão da pesca na Administração Pública Federal condizente com a sua importância econômica; o envio de projeto de Código de Pesca ao Congresso, equacionando de vez as questões de produção e de preservação; e a adoção de medidas de crédito que ajudem a fortalecer a indústria nacional do pescado.

Também é imprescindível e urgente investir no inventário da Zona Econômica Exclusiva e atuar decididamente na formação de pessoal para a atividade de produção de pescado, isso sem contar com o estímulo à aquicultura, negócio de grande futuro na produção de pescado no Brasil e no mundo.

Deixo também o alerta a esta Casa, quanto à urgência e a relevância desse assunto e quanto à necessidade do nosso empenho para que o Brasil venha a ocupar, em breve, o seu lugar no cenário mundial de produção de pescado, importante fonte de proteínas para a nossa população e fonte segura de divisas para o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 02 minutos.)

PUBLIQUE-SE
EM 16/11/00


Diretor do DGPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.131, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014559/00-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **OLÍMPIO ANTÔNIO BRASIL CRUZ**, matrícula n.º 31338, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Emília Fernandes.

Senado Federal, em 16 de novembro de 2000


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 16/11/00


Diretor de SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.132, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014621/00-2,

RESOLVE designar o servidor PAULO ELISIO BRITO, matrícula 2423, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Administração do Patrimônio, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2000.

Senado Federal, em 16 de novembro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 16/11/00


11/11/00

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.133, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014622/00-9,

RESOLVE dispensar o servidor **EDUARDO TORRES**, matrícula 4329, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Administração do Patrimônio, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente do Diretor da SEEP, Símbolo FC-7, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2000.

Senado Federal, em 16 de novembro de 2000



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.134, DE 2000**

PUBLIQUE-SE
EM 16/11/2000
77 DIRETOR DE SEAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES e a empresa abaixo relacionada:

OROPEÇAS AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - Contrato para prestação de serviço de fornecimento de peças e acessórios novos, genuínas e originais, para veículos de marca Volkswagen, com vigência de 30/10/00 a 31/12/00, ou até o término da quantidade inicialmente contratada, o que ocorrer primeiro (Processo nº 1544/00-4) - Titular: ANDRÉ LUIZ RODRIGUES SANTANA, matrícula 3804; Substituto: EDIZIO MODESTO XAVIER, matrícula 2185

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de novembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 16/11/2000
[Assinatura]
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.135, DE 2000**

**Aprova os Quadros de Detalhamento da
Despesa Fixada no Orçamento do Fundo
da Secretaria Especial de Editoração e
Publicações.**

O Sr. DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e com base no disposto no artigo 2º do Ato nº 50, do Exmº Sr. PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, de 7 de outubro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) fixada no Orçamento da Unidade 02.904, Fundo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, conforme anexo.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro do presente exercício financeiro.

Brasília, em 16 de novembro de 2000.

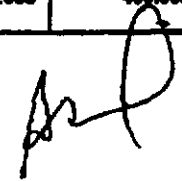
[Assinatura]
Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal

ANEXO I**02000 - SENADO FEDERAL****02904 - FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES****R\$ 1,00**

SUPLEMENTAÇÃO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
01.122.0551.2000.0435	Manutenção dos Serviços Administrativos	33.90.30	150	400.000	400.000

02000 - SENADO FEDERAL**02904 - FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES****R\$ 1,00**

CANCELAMENTO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAIS
01.122.0551.2000.0435	Manutenção dos Serviços Administrativos	33.90.30	150	400.000	400.000



PUBLIQUE-SE
EM 16.11.2000.
[Assinatura]
Diretor de SGPES

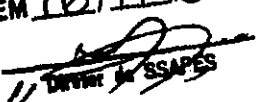
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.136, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014619/00-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA APARECIDA NUNES FONSECA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Agnelo Alves.

Senado Federal, em 16 de novembro de 2000.

[Assinatura]
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

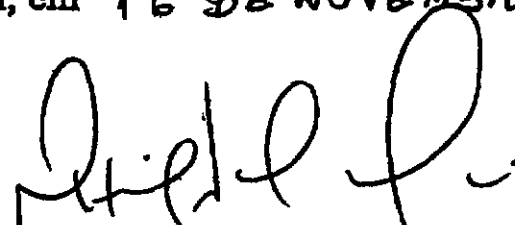
PUBLIQUE-SE
EM 16/11/2000.
// 
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.137, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 013.266/00-4.

Resolve, fundamentado nos arts 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a Sra. *Paula Soares da Fonseca Ferreira*, na condição de cônjuge, com a quota de 1/1, representando os proventos integrais do ex-servidor TERTULIANO NUNES FERREIRA, a partir da data do óbito 25.09.2000.

Senado Federal, em 16 DE NOVEMBRO DE 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner (1) - SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal

1. Marluce Pinto - RR/1301
2. Gerson Carnata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocinio - TO/4058
3. Djalma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal

1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva (2) - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2851 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.

(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2481/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1807	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA		
FREITAS NETO	PI	2131/2137	CAMPOS	TO	4070/4071
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
			7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2081/2087	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM (4)	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.
Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em: 31/10/2000

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2281/87
GILVAM BORGES	AP	2181/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4821	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1807
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2381/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA			7. VAGO		
CAMPOS	TO	4070/4071	8. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4083/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2181/84
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2081/87

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNADES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrnc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	
DJALMA BESSA	MS-1128/1228 BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	
	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	
	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	
	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2451/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTÔNIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPB (1)	PE	2161/2167	2. JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOISA HEFFNER – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SOFICY – PT	SP	3216/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Literas Paritárias
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:30 horas

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizado em: 16/04/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3641
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as Indicações pelas Lideranças em 8 e 13.9.2000.**

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4348
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
CAMPOS	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
BELLO PARGA					

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2361/2367
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regimental: Quinta-feira às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Análizada em : 31/10/2000

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/8
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

Atualizada em: 06/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1968	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.
Horário regimental. Torpedos-lâmpada às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em 31/10/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPICLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes do Conselho e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizado em: 06/10/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
HENRIQUE LOYOLA	SC		311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00

O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – "Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.



Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apelo III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



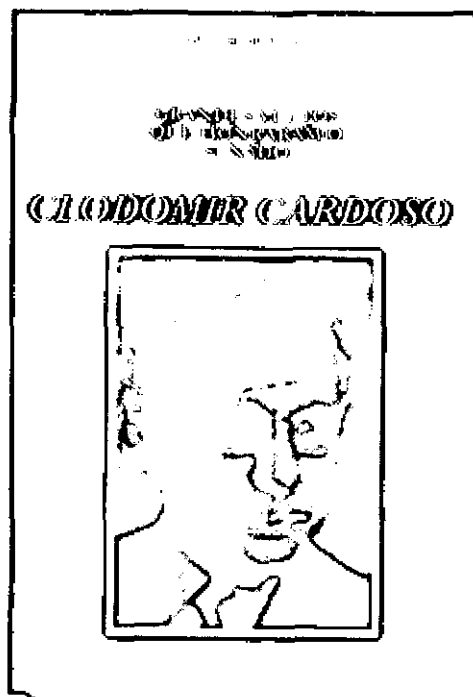
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas



A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS